

Alessandro Moreira

**ENSAIO SOBRE O CONCEITO DE FATO JORNALÍSTICO:
APROXIMAÇÕES COM A EPISTEMOLOGIA**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Jornalismo da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para obtenção
do grau de Mestre em Jornalismo
Orientador: Prof. Dr. Francisco José
Castilhos Karam

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moreira, Alessandro

Ensaio sobre o conceito de fato jornalístico :
aproximações com a epistemologia / Alessandro Moreira ;
orientador, Francisco José Castilhos Karam - Florianópolis,
SC, 2014.
108 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. Fato. 3. Epistemologia. 4. Verdade.
5. Objetividade. I. Karam, Francisco José Castilhos. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo. III. Título.

Alessandro Moreira

ENSAIO SOBRE O CONCEITO DE FATO JORNALÍSTICO: APROXIMAÇÕES COM A EPISTEMOLOGIA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Jornalismo, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo –
CCE/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam
Orientador
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – CCE/UFSC

Prof. Dr. Rogério Christofolletti
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – CCE/UFSC

Prof. Dr. Eduardo Barreto Vianna Meditsch
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – CCE/UFSC

Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz
Programa de Pós-Graduação em Filosofia – CFH/UFSC

Para familiares, amigos, professores e mestres, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Ao mestre e orientador Prof. Francisco Castilhos Karam, pelo acompanhamento, dedicação e paciência. Ao mestre Prof. Orlando Tambosi, pelo privilégio de possibilitar minha aproximação com a Epistemologia. Aos professores do curso de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. À Técnica em Assuntos Educacionais Glória Amaral, por todo o auxílio prestado.

RESUMO

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa essencialmente teórica. É um ensaio aproximativo do conceito de fato científico e filosófico com a noção de fato jornalístico. Contempla, com auxílio da Filosofia Analítica, descrições dos conceitos epistemológicos análogos a fato, como realidade e verdade, incluindo a objetividade como processo de correlação e possível comprovação de enunciados a fatos. O jornalista, na urgência da informação, precisa saber exatamente com que espécie de verdade ele trata, com que tipo de realidade ele trabalha, como objetiva e subjetivamente ele tratará os fatos e opiniões, e o que, para ele e para a sociedade, se configurará como fato jornalístico.

Palavras-chave: Epistemologia, Fato, Realidade, Verdade, Objetividade, Jornalismo.

ABSTRACT

This work is the result of an essentially theoretical research. It is an approximate essay of the concept of philosophical and scientific fact with the notion of journalistic fact. Contemplates, with the support of Analytical Philosophy, descriptions of epistemological concepts analogous to the fact, like reality and truth, including objectivity as the correlation process and possible evidence of statements to facts. The journalist, in the urgency of the information, need to know exactly with what sort of fact he treats, with what kind of reality he works, how objectively and subjectively he will treat the facts and opinions, and what for him and for society, configures as journalistic fact .

Keywords: Epistemology, Fact, Reality, Truth, Objectivity, Journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE DE ENUNCIADOS EPISTÊMICOS E ENTIDADES ONTOLÓGICAS	19
1.1 ENUNCIADOS E FATOS	24
1.2 A INVIABILIDADE DA EXISTÊNCIA DE FATOS EPISTÊMICOS SUBJETIVOS.....	25
1.3 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE DE ENUNCIADOS EPISTÊMICOS E ENTIDADES ONTOLÓGICAS EM MATÉRIAS JORNALÍSTICAS	27
1.3.1 Nota Jornalística: Entidades e Enunciados.....	28
1.3.2 Reportagem Jornalística: Entidades e Enunciados Objetivos e Subjetivos	32
1.3.3 Crítica Jornalística: Enunciados Subjetivos	35
1.3.4 Reportagem Literária: Valor Informativo dos Enunciados Subjetivos.....	37
1.4 OS FATOS CONTRA ENUNCIADOS FALSOS	42
1.5 O SURGIMENTO DA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA.....	43
1.5.1 A Objetividade Jornalística Contextualizada	47
2 A VERDADE DAS PROPOSIÇÕES.....	55
2.1 TEORIAS EPISTÊMICAS DA VERDADE.....	56
2.1.1 Verdade como Correspondência	58
2.1.2 Verdade como Coerência.....	63
2.1.3 Verdade como Utilidade.....	64
2.1.4 Associações entre as Teorias Tradicionais da Verdade.....	66
2.1.5 Teoria Correspondentista da Verdade e o Jornalismo.....	67
2.2 ESPÉCIES E CRITÉRIOS DE VERDADE.....	68
2.2.1 Análise Comprobatória das Proposições/Enunciados de Reportagem Jornalística com Auxílio das Espécies e Critérios de Verdade	70
3 FATO JORNALÍSTICO.....	81
3.1 IMPORTÂNCIAS E INTERESSES SOCIAIS GERAIS E SEGMENTADOS	84
3.1.1 Identificação de Importâncias e Interesses Sociais Gerais e Segmentados em Acontecimentos e Fatos Jornalísticos Noticiados...89	
3.2 O CÂNONE PERFEITO DA NOTÍCIA	91
CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

“Deixe-as lá. Não mexa com elas. É o melhor para você. Viu o que aconteceu da última vez?”, disseram o pai, mãe, avô e avó da criança picada por vespas. “Mas senhor(a), esse não é um vespeiro, é uma colmeia. Eu li que ela dá mel!”. “Deixa de bobagem, criança! O mel é muito complicado e difícil de retirar! Esqueça, não mexa com isso! Você vai ser novamente picado!” E a criança, então, prontamente obedece. Mas fica sem saber o quão difícil é, ou, mesmo, como se faz para extrair o mel.

Outras crianças, no entanto, têm pais apicultores. Sabem diferenciar exatamente as colmeias dos vespeiros, e como extrair o mel delas. Acompanhando o trabalho dos pais com as melgueiras, elas compreendem o processo de retirar o quadro de ninho da colmeia com o auxílio de fumegadores, cortar os alvéolos da melgueira, pôr o quadro na centrífuga, abri-la e filtrar o mel extraído. Juntamente com a família, já experimentaram diversos tipos de mel, e até lucram algum modesto dinheiro com eles. Os adultos fazem biscoitos, doces, balas, xaropes. Uma infinidade de produtos e utilidades.

O mel da ilustração proposta aqui é a verdade. Os diferentes tipos de mel são o fato e a realidade, análogos à verdade. O método e processo de retirar o mel é a objetividade. Os vespeiros são as confusões conceituais, um contato desagradável. Os produtos são as infinitas possibilidades do conhecimento a partir do fato, realidade e verdade comprovados.

Refletir e discursar sobre fato, inclui, nesse desenvolvimento, a realidade, verdade e objetividade. Da realidade se extrai o fato. O fato comprovado pelo método da objetividade se torna uma verdade. Uma verdade também é um fato. Há, portanto, um círculo conceitual interligado.

Os conceitos de verdade, fato, realidade e objetividade, acompanham a Filosofia e as Ciências há milênios. As Ciências Exatas e Biológicas desenvolveram-se a partir da Filosofia, e têm campos bem delimitados. Tais questões estão bem resolvidas. Mas para as Ciências Humanas, incluindo nelas a Filosofia Contemporânea, esses conceitos ainda as intrigam. O sujeito é imensurável. Como separar o sujeito do objeto? Como relacioná-los?

O Jornalismo, como integrante das Ciências Sociais Aplicadas, do mesmo modo, recorrentemente questiona esses conceitos. Aceita a verdade dos fatos científicos, a objetividade e a realidade. Contudo, também afirma que esses conceitos são relativos, e talvez nem existam.

Isso pode, então, incentivar e fomentar atitudes de independência no relato da realidade, mas com sérias consequências para os receptores: “Se esses conceitos não existem, eles dependem de mim. Então o que EU julgar será verdade, fato e realidade!”. É um poder interessante. Com o fim da existência desse sujeito, no entanto, nós outros ainda permanecemos.

Os mais modestos procuram equilibrar as duas visões de mundo, objetiva e subjetiva. Essa é a chave, uma das resoluções para o problema: relatos 1) objetivos, 2) subjetivos & 3) objetivos/subjetivos sobre realidades a) objetiva e b) subjetiva.

A realidade comprovável, independente dos sujeitos, é objetiva. As realidades dos planos das ideias, portanto, dependentes dos sujeitos para existir, são subjetivas. Contudo, são igualmente comprováveis e diagnosticáveis nos resultados provenientes da aplicabilidade delas: lugares, construções, pessoas etc.

Se um sujeito, como por exemplo, um poeta, peça fundamental da própria realidade subjetiva, venha a falecer, a realidade representativa criada e compartilhada por ele dependerá de outros para ser preservada, seja em memória, seja em obras físicas. Do contrário, a obra proveniente da realidade subjetiva do poeta também inexistirá. Mas na ausência de catástrofes naturais, ou provocadas por seres humanos, a realidade objetiva, o mundo físico natural em transformação, do qual a realidade subjetiva desse poeta antes estava ou estará inserida, continuará existindo, independentemente da representatividade das pessoas sobre esse mundo objetivo.

O que um sujeito relatar sobre um objeto, não será o objeto em si. Será uma representação limitada dele, efetuada pelos sentidos, por meio da racionalidade, interpretação, linguagem, sons ou imagens, que nunca o captará por completo. Então, como nós, subjetivos e limitados pelos sentidos para captar a grandiosa realidade, podemos ser objetivos em relação a ela? Já que nunca haverá uma relação correspondente em termos de dimensão, precisão e igualdade?

“O chamado conhecimento *a posteriori* está sujeito a dois riscos: nunca pode ser tão certo a ponto de inexistir qualquer razão, real ou possível, para dele se duvidar e nunca pode se apresentar como coincidindo com a realidade essencial do objeto”. (OLIVA, 2011, p.32).

O problema exposto é também uma resposta. Nunca seremos capazes de reproduzir por completo ou obter uma percepção esgotada de qualquer aspecto da realidade. Se pudéssemos, denotaria que podemos compreender também toda a realidade ontológica e metafísica, incluindo todos os fenômenos e aspectos contextualizáveis e interligáveis a ela no espaço e tempo. O que é racionalmente impossível e inviável.

Contudo, tem-se a realidade epistêmica, o modo como compreendemos a realidade ontológica. Ela é todo o conhecimento objetivo comprovável sobre a realidade ontológica. Não é absoluta, fielmente precisa, ou inesgotável. Mas existe a partir da compreensão racional e lógica possível sobre esse total. Sendo epistêmica, considera a subjetividade no processo de objetividade: escolhas determinadas por interesses, gostos, experiências pessoais e limitações dos sentidos humanos. Os resultados gerados são conhecimentos limitados da realidade, porém objetivamente justificáveis e comprováveis.

Esse trabalho é essencialmente teórico, um ensaio aproximativo do conceito de fato científico e filosófico com a noção de fato jornalístico. A fundamentação é a mesma. Mas fato jornalístico tem especificidades. Na maioria das vezes, é um possível e suposto fato. Em termos filosóficos e científicos, não é propriamente e necessariamente comprovado pelo jornalismo, mas sim, majoritariamente, é um enunciado sobre um possível fato, geralmente identificado por autoridades e testemunhos externos. Trata-se, portanto, de outro “vespeiro”.

Com auxílio da Filosofia Analítica, propõe-se uma perspectiva para o esclarecimento da noção teórica e epistêmica de fato. Em Filosofia, as áreas relacionadas ao pensamento não necessariamente estão milimetricamente divididas, podendo flertarem umas com as outras. Contudo, houve a necessidade prática e pragmática, inerente ao Jornalismo, de arriscar uma tentativa de categorização de algumas dessas áreas. O jornalista, na urgência da informação, precisa saber exatamente com que espécie de verdade ele trata, com que tipo de realidade trabalha, como objetiva e subjetivamente tratará os fatos e opiniões, e o que, para ele e para a sociedade, se configurará como fato jornalístico.

O primeiro capítulo situa o conceito de fato na teoria do conhecimento. Fato não é demonstrado, necessariamente, como um objeto bruto, ontológico e físico. E sim, como uma proposição enunciativa comprovada pela efetiva relação correspondentista e objetiva entre o sentido e juízo de um enunciado com características e composições confirmáveis do objeto referido. A correspondência caberá

à objetividade, teoricamente analisada, mas categoricamente diferenciada dos conceitos de fato e verdade.

A verdade, identificada como análoga a fato, e vice-versa, é explorada no segundo capítulo. Nele se identifica a essência e os critérios de verdade aplicados às proposições, bem como as teorias tradicionais da verdade. Um dos intuitos é possibilitar a compreensão de como um enunciado pode ser objetivamente comprovado.

Por fim, no terceiro e último capítulo, com as propostas de possibilidade, origem e essência científica, filosófica e jornalística de fato exploradas, expõe-se o que configura um fato jornalístico ou acontecimento, bem como os critérios de valores-notícia, destacados por importância e interesse.

O objetivo específico desse ensaio é buscar, com cautela, esclarecer os conceitos científicos e jornalísticos de fato. Como objetivo geral, modestamente, fomentar e contribuir com estudos precisos e delimitados da teoria e prática jornalísticas. Almeja-se permitir um aperfeiçoamento e aprimoramento maior das próprias ideias expostas, como contribuir minimamente com posteriores liberdades e avanços em questões objetivas mais fundamentais das técnicas jornalísticas de captação da realidade e transmissão dela. Novos meios, novas configurações. A informação é fundamental para o equilíbrio social e democrático. Por isso o Jornalismo deve e pode exigir nada menos que a valorização social devida e compatível com sua importância.

1 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE EM ENUNCIADOS EPISTÊMICOS E ENTIDADES ONTOLÓGICAS

Em 2003, no estudo intitulado “*L’objectivité journalistique existe...*”, da teórica canadense e jornalista do *Le Soleil* Stéphanie Martin, foi defendida não somente a possibilidade da existência da objetividade jornalística, como demonstrada sua aplicabilidade por mensurações. Em artigo de 2009, desenvolvido a partir desse trabalho, Martin propôs e expôs oito níveis gerais e distintos de ataques e contestações à objetividade, provenientes dos argumentos de autores, analistas e críticos diversos dos *media*. Esses ataques, supostamente inerentes aos sujeitos e às empresas jornalísticas, foram identificados por ela como de ordens *ideológica, econômica, técnica, formal, profissional, organizacional, individual e anti-realista*.

Ao discorrer sobre os ataques *anti-realistas*, com auxílio do quadro de análise da estrutura dos fatos sociais de John Searle (1995), Martin possibilitou uma reflexão sobre fato e fato jornalístico a partir de uma noção enunciativa e epistêmica deles. Epistemicamente, um fato é um enunciado comprovado com o auxílio de outros fatos, que do mesmo modo, antes de comprovados, também já foram enunciados. Esses fatos estão inseridos dentro de uma entidade ontológica.

Tanto Searle (1995) quanto Martin (2009), defendem que enunciados são epistêmicos e sobre entidades ontológicas. Em ambos, Searle acrescenta a objetividade e a subjetividade.

No senso ontológico, objetividade e subjetividade são predicados de entidades e tipos de entidades e designam modos de existência. No senso ontológico, dores são entidades subjetivas, porque seu modo de existência depende de serem sentidas por sujeitos. Mas montanhas, por exemplo, em contraste às dores, são ontologicamente objetivas porque seu modo de existência é independente da percepção de qualquer sujeito ou estado mental (SEARLE, 1995, p.8)

No senso epistêmico, por sua vez, “objetividade e subjetividade são predicados primários de enunciados.” (SEARLE, 1995, p.8).

De acordo com Martin (2009), apenas enunciados epistêmicos objetivos possuem valor-verdade, porque estão isentos de julgamento de valor ou interpretação pessoal. Pretendem descrever uma entidade e não refletem um ponto de vista ou sentimento particular. Assim, para

determinar se um enunciado é epistemicamente objetivo, basta que se possa responder “sim” ou “não” à seguinte questão: essa afirmação é falsa ou verdadeira? Ou seja, um enunciado epistêmico objetivo é e pode ser verificável por todos. Exemplo: o Rio de Janeiro, capital homônima do estado, é a segunda cidade mais populosa do Brasil.

Por outro lado, um enunciado epistemicamente subjetivo não possui valor-verdade. São opiniões e preferências individuais. De acordo com Martin (2009), “se o enunciado transmitir preferência, avaliação e estimativa, não pode ser objetivo. Porque poderá ser percebido, compreendido ou interpretado de maneira diferente pelo receptor”. Exemplo: o Rio de Janeiro continua lindo. Tal enunciado subjetivo não pode ser verificado, comprovado ou assentido por todos.

Sobre os ataques anti-realistas contra a objetividade, Martin identifica e expõe que eles se pautam de três modos. Primeiro, em um construtivismo radical, que questiona a possibilidade de a informação jornalística poder ter alguma relação com a realidade, já que para alguns críticos a própria realidade não existe. Os fatos seriam inerentes à observação humana, e por isso os acontecimentos somente existiriam a partir das interpretações provenientes dos seres humanos. Na segunda forma, o ceticismo prevalece. Argumenta-se a impossibilidade de relatar algo sobre a realidade ontológica. A realidade seria antes de tudo empírica, construída e subjetiva. Por fim, na terceira forma de ataque anti-realista, concentra-se unicamente na atividade jornalística, especificamente em aspectos e construções das notícias, afirmando que a realidade resultante das notícias seria pouco similar à inicial que a inspirou. Delforce (1996 apud MARTIN, 2004), por exemplo, inverte as ordens, afirmando que o fato bruto é resultado do trabalho jornalístico, não a origem dele.

Sobre argumentos críticos da impossibilidade de relatos referenciados na realidade ontológica, Searle (1995, p.8) defende que “podemos fazer declarações epistemicamente subjetivas sobre entidades que são ontologicamente objetivas, e da mesma forma, podemos fazer declarações epistemicamente objetivas sobre entidades que são ontologicamente subjetivas”.

A possibilidade de descrição, reflexão e justificação para os fatos – assim como para a realidade, verdade e objetividade – caminha da ontologia (aquilo que existe) para a epistemologia (o modo como conhecemos) (SEARLE, 2000). De acordo com Searle (2000, p.14) “os fatos dependem daquilo que existe, da ontologia. Demonstrabilidade e verificação são uma questão de descoberta da verdade, e são, portanto,

noções epistemológicas, mas não devem ser confundidas com os fatos que descobrimos.”¹

Desse modo, a partir de John Searle, Martin (2009) verifica que a objetividade e subjetividade possuem dois sentidos, ontológico e epistemológico. Ontologicamente, objetividade e subjetividade se referem a entidades e, epistemicamente, objetividade e subjetividade se referem a enunciados. Assim, ela organiza quatro formas de enunciados epistêmicos sobre entidades ontológicas:

1. Um enunciado epistêmico objetivo estabelecido sobre uma entidade ontológica objetiva: “O acesso à montanha está fechado”. Esse enunciado é epistêmico objetivo, porque é possível verificar se há acesso à montanha ou não. A entidade é ontológica e igualmente objetiva, porque a existência da Montanha também pode ser constatada por todos.

2. Um enunciado epistêmico subjetivo estabelecido sobre uma entidade ontológica objetiva: “A montanha é surpreendente”. Esse enunciado é epistêmico subjetivo porque afirmar que a montanha é “surpreendente” trata-se de uma opinião pessoal, não verificável de comum acordo por todos.

3. Um enunciado epistemicamente objetivo estabelecido sobre uma entidade ontologicamente subjetiva: “As eleições brasileiras de 2014 são a sétima por voto direto desde o fim do Regime Militar”; Tal enunciado é epistêmico objetivo, porque a constatação de que em 2014 se somam sete processos eleitorais brasileiros com votos diretos após o fim do Regime Militar, pode ser confirmada. A entidade é ontologicamente subjetiva, porque as eleições² são um procedimento criado por sujeitos, dependentes deles para existir. Está no plano das ideias. Não é física como uma montanha ou mar, dos quais – se não houverem interferências naturais ou humanas – existirão independentemente das presenças ou representações humanas sobre eles.

4. Um enunciado epistemicamente subjetivo estabelecido sobre uma entidade ontologicamente subjetiva: “Detesto as eleições”.

¹ A demonstrabilidade e verificação se traduzem em objetividade. Ela é epistêmica, mas não pode ser confundida com o próprio fato, com a própria verdade. É método, processo de constatação da correlação entre enunciado e fato.

² Uma eleição é uma entidade ontologicamente subjetiva, uma ideia estipulada de comum acordo por cidadãos, autoridades e leis. Ela não é física. Sem similar acordo de existência subjetivo, ela inexistente. Mas o processo em torno dela, pode resultar em entidades ontologicamente objetivas, como candidatos, governantes, funcionários, espaços físicos etc.

Nos dois primeiros exemplos sugeridos, a entidade ontológica é a montanha. De acordo com o enunciado epistêmico objetivo, sabe-se que o acesso a ela está fechado, e de acordo com enunciado epistêmico subjetivo, que ela é surpreendente. De resto, nada mais se sabe. Mas é possível supor que, se a montanha realmente existe, ela está localizada em um determinado município, estado, país, continente, e assim por diante.

Quando se foca na entidade dos enunciados – no caso a montanha – e se emitem enunciados que podem ou não corresponderem aos fatos contidos nela, se destaca assim a montanha de toda a realidade metafísica. O próprio significado de entidade remete a uma existência independente, separada ou autônoma. Esse destaque empreendido trata-se de uma delimitação, ou seja, um recorte objetivo da realidade metafísica. Esse recorte sugerido é objetivo e ontológico.

Mas se considerarmos como entidade o que já sabemos sobre a montanha, e não necessariamente toda a montanha? Teríamos duas entidades, da ontológica retirariamos a epistêmica. Essa questão, então, dependeria de uma perspectiva. Quando nos referimos à entidade como ontológica, há uma alusão de que novos enunciados sobre novos fatos epistêmicos possam ser emitidos dela. Mesmo que isso não necessariamente ocorra. Ou seja, se a entidade é ontológica, ela também pode ser encarada como epistêmica; podemos também emitir enunciados sobre fatos epistêmicos já conhecidos. Mas se nos referirmos à entidade apenas como epistêmica, não há uma amplitude livre para a emissão de novos enunciados sobre novos fatos epistêmicos. Ao deixar de ser ontológica, a entidade tende a se tornar limitada ao que já conhecemos sobre ela.

Dos fatos da montanha – destaque e delimitação ontológica extraída da realidade metafísica – provém reflexões e enunciados por pontos de vista epistêmicos, ou seja, o modo como conhecemos, aproximativo e não absoluto de compreensão. O mesmo ocorre com as entidades ontológicas subjetivas, exemplificadas pelas eleições.

Analiticamente, e por processos cognitivos empregados como fontes de conhecimento (introspecção, memória, raciocínio e percepção), a apreensão total e absoluta das entidades ontológicas – ou seja, a possibilidade de emitir enunciados ontológicos – é inviável. Isso porque, se um enunciado sobre um fato de uma entidade for considerado ontológico, é porque toda a entidade, e toda a realidade metafísica que a abrange, seria igualmente compreensível e contextualizável. Mas isso denotaria a possibilidade da existência de verdades naturais absolutas, o que é racionalmente e logicamente impossível.

Uma metáfora para ilustrar tal questão, é a de um jogo de quebra-cabeça com, por exemplo, dez mil peças. Tal quebra-cabeça montado, metaforicamente seria o absoluto, a realidade metafísica e ontológica, o conhecimento supremo. Racionalmente, seríamos capazes de analisar e compreender apenas algumas destas peças, que às vezes nem se encaixariam entre si. Mas para considerarmos exaustivamente esgotados os conhecimentos das poucas peças de nossa posse, teríamos que saber, sem o auxílio de todas as demais, as posições exatas delas no quebra-cabeça. Contudo, justamente para isso, teríamos que saber e conhecer também as posições exatas de todas as outras peças.

Não é possível conhecer exaustivamente sequer uma parte da realidade, pois isso implicaria conhecer todo o universo e o conjunto de relações com a parte considerada. E não se pode admitir, nem mesmo teoricamente, o conhecimento integral do todo, já que ele é uma ‘totalidade em processo de totalização’, autoprodução permanente e eterna. (GENRO FILHO, 2012, p.195)

Epistemicamente são os enunciados correspondentes a fatos inclusos nas entidades ontológicas que se configurarão como novos fatos ou verdades. Não serão verdades absolutas, porque o próprio enunciado não será. Eles se referirão a aspectos da entidade ontológica, a fatos epistêmicos inclusos.

O realismo, ou “realismo externo”, como classifica Searle (2000), defende que existe um mundo real, independente das nossas mentes. Dentro dos limites das nossas capacidades, podemos ter certo tipo de conhecimento sobre esse mundo, um acesso perceptivo direto por meio dos nossos sentidos, e assim compreender sua natureza. As afirmações serão geralmente verdadeiras se corresponderem a fatos do mundo, e falsas se não.

Da realidade ontológica, racionalmente se apreende uma interpretação objetiva epistêmica, traduzida em um enunciado veraz em maior ou menor grau de proximidade e correspondência. Da matéria objetiva da realidade ontológica, é possível constatar o nível e o grau de veracidade ou falsidade dessa interpretação objetiva epistêmica. A objetividade, aqui, é a possibilidade de verificação, o processo, o método.

1.1 ENUNCIADOS E FATOS

Assim, de acordo com Searle (1995) e Martin (2009), as entidades são ontológicas e os enunciados epistêmicos. Langer (1933, p.178) defende que os fatos são o mesmo que proposições. E proposições são o mesmo que enunciados. Para ela, os fatos se referem a certas entidades, do mesmo modo que proposições, com sujeitos e predicados.

De acordo com a ideia defendida por Langer, uma proposição por completo como “Oscar Schmidt mede 2 metros e cinco centímetros de altura”, será um fato se for comprovada como verdadeira. Trocando a expressão “proposição” por “enunciado”, temos que também na concepção de Langer o enunciado epistêmico objetivo será verdadeiro (e consequentemente um fato) se corresponder a um fato já estabelecido da entidade ontológica objetiva referida.

O enunciado epistêmico objetivo exemplificado é “Oscar Schmidt mede 2 metros e cinco centímetros de altura”. A entidade ontológica objetiva referida é “Oscar Schmidt”, o corpo físico dele. Então, se o enunciado corresponder a essa entidade, temos uma verdade e consequentemente um fato.

Conforme já exposto por Searle (2000, p.14) “os fatos dependem daquilo que existe, da ontologia. Demonstrabilidade e verificação são uma questão de descoberta da verdade, e são, portanto, noções epistemológicas, mas não devem ser confundidas com os fatos que descobrimos”. E ainda, “correspondendo aos enunciados objetivamente verdadeiros, há os fatos objetivos.” (SEARLE, 1995, p.8).

Portanto, os fatos dependem da ontologia, do que existe. Mas no modo como os compreendemos, revelam-se epistêmicos. Há, assim, uma concepção de fato por uma noção epistêmica³. Ela provém de um enunciado epistêmico considerado correspondente a um fato epistêmico já estabelecido da realidade ontológica.

Epistemicamente, o conteúdo de um *enunciado* é o que se afirma sobre um *fato incluso* – ou suposto fato incluso, ainda a ser comprovado – de uma *entidade ontológica*. Se a entidade ontológica contiver esse *fato incluso* referenciado, e, mais, se o sentido e conteúdo do enunciado sobre ele corresponder, esse enunciado será então verdadeiro e também um fato.

³ Um fato objetivo necessariamente é epistêmico. Se o concebermos como ontológico, torna-se inapreensível. Aproxima-se da realidade ontológica e metafísica total, para além de qualquer possibilidade objetiva.

Portanto, uma entidade ontológica contém fatos epistêmicos inclusos. Mas dependendo da perspectiva considerada, a entidade avaliada pode ela mesma ser um fato epistêmico, por sua vez, inclusa numa entidade ontológica ainda maior. A entidade suprema, ou seja o “fim” disso tudo, seria supostamente a realidade metafísica total.

Epistemicamente, até ser comprovado como verdadeiro, um enunciado não é um *fato*. Em caso de comprovação, ele será um novo fato epistêmico incluído em uma entidade ontológica. Do contrário, ou se o suposto fato epistêmico da entidade a qual o enunciado se refere não existe de fato, o enunciado será falso.

Do exemplo propositivo de Oscar Schmidt, o *enunciado* epistêmico objetivo é “Oscar Schmidt mede 2 metros e cinco centímetros de altura”. A *entidade* ontológica objetiva é “Oscar Schmidt”, ou seja, o corpo físico do ex-atleta. Nela, constará o *fato incluso* epistêmico, a real altura (2m05cm). Por fim, se o *enunciado* epistêmico, corresponder ao *fato incluso* epistêmico (real altura), da *entidade* ontológica (Oscar Schmidt), ele será verdadeiro, e o enunciado será um novo fato. Esse novo fato (toda a proposição) não anulará o fato anterior, aquele que considerava apenas a real altura. Mas o complementar, assim como também a entidade, com uma perspectiva factual mais completa.

1.2 A INVIABILIDADE DA EXISTÊNCIA DE FATOS EPISTÊMICOS SUBJETIVOS

Afirma Searle (1995) que, fatos objetivos são referências de correspondência a enunciados objetivamente verdadeiros. Portanto, dessa afirmação, é possível deduzir também que apenas fatos objetivos, em contraposição a “fatos subjetivos” (se assim podemos denominá-los), possuem valor-verdade.

Mas supondo a possibilidade de existirem fatos subjetivos, dos quais enunciados também subjetivos possam ser correspondidos, tomaremos como exemplo o enunciado de um sujeito que afirme: “estou com uma dor aguda”. Há uma enunciação epistêmica subjetiva (já que a dor aguda para o sujeito pode ser uma dor mínima para outro) sobre uma entidade ontológica subjetiva (a dor depende do sujeito para existir e ser sentida).

A dor aguda, ou apenas a dor, não se tratará de uma condição externa que poderá ser precisamente comprovada, refutada ou comparada com as dores e intensidades já sentidas por mais alguém. Somente pelo indivíduo. Outras pessoas poderão imaginar a dor, a

intensidade sentida, mas apenas de acordo com o que já experimentaram. Esta será a referência delas.

Epistemicamente, tem-se como enunciado (subjutivo) “*estou com uma dor aguda*”; como entidade ontológica (subjativa) a *dor*, e nela contido o “fato” (subjutivo) *o que se conhece como intensidade aguda de dor*.

Se o enunciado subjutivo “*estou com uma dor aguda*” corresponder **apenas para o sujeito** ao fato subjutivo *intensidade aguda de dor*, incluído por sua vez dentro da entidade ontológica subjativa *dor*, haverá uma verdade **para o sujeito**. Também, se originará um fato subjutivo, contido nessa entidade ontológica subjativa *dor*, denominado agora como *o que se conhece como intensidade aguda de dor* **para o sujeito**.

Se a dor é real e for considerada aguda para o sujeito, ela é uma verdade para ele, um “fato epistêmico subjutivo”. Porém, se for uma invenção, será uma mentira para ele, e não existirá fato algum. Mas um fato subjutivo, se assim podemos denominá-lo, não poderá ser comprovado por mais ninguém, não poderá ser correlacionado aos enunciados de ninguém. Portanto, não possuirá valor-verdade, apenas para o sujeito emissor.

[...] A verdade ou falsidade não é uma simples questão de fato, mas depende de certas atitudes, sentimentos e pontos de vista dos produtores e ouvintes do julgamento. [...] Para tais julgamentos objetivos, os fatos no mundo que os tornam verdadeiros ou falsos são independentes das atitudes ou sentimentos de qualquer um sobre eles. No senso epistêmico podemos falar não apenas de julgamentos objetivos, mas fatos objetivos. Correspondendo aos julgamentos objetivos verdadeiros há os fatos objetivos. (SEARLE, 1995, p.8)

Assim, epistemicamente, um possível enunciado subjutivo, sobre um possível fato subjutivo, de uma entidade ontológica subjativa, justificadamente será passível de dúvidas pelos demais receptores. Isso porque essa espécie de enunciado nunca poderá ser realmente confirmada. A confirmação do conteúdo do enunciado subjutivo somente existe para o sujeito emissor, ou para quem lhe der credibilidade e crer.

Portanto, a confirmação de um enunciado epistêmico é possível apenas com enunciados objetivos que correspondam a fatos epistêmicos de entidades ontológicas objetivas ou subjetivas. Apenas enunciados objetivos, que se comprovem e se configurem como fatos objetivos – ou seja, apenas enunciados e fatos objetivos – possuirão valor-verdade.

1.3 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE DE ENUNCIADOS EPISTÊMICOS E ENTIDADES ONTOLÓGICAS EM MATÉRIAS JORNALISTICAS

Serão utilizados quatro exemplos jornalísticos para identificação e aplicação dos aspectos da classificação de Searle e Martin (enunciados epistêmicos objetivos e subjetivos sobre entidades ontológicas objetivas e subjetivas), bem como para evidenciar questões pertinentes ao estudo proposto em análise. Uma nota retirada da Revista Veja, uma reportagem extraída de O Estado de S. Paulo, uma crítica cultural do Jornal Folha de S. Paulo e uma reportagem literária da Revista Piauí.

Epistemicamente, enunciados com valor-verdade, ou seja, enunciados objetivos que correspondam a fatos objetivos, inclusos em entidades ontológicas objetivas e/ou subjetivas, compõem o jornalismo factual (reportagens, notas). E epistemicamente também, no jornalismo crítico, opinativo e literário, subprodutos do jornalismo como classifica Gomes (2009), enunciados sobre entidades ontológicas objetivas e/ou subjetivas são em sua maioria subjetivos, em minoria objetivos e/ou complementam-se entre si.

No decorrer das análises desses exemplos, serão evidenciadas e constatadas questões pertinentes e implicações que serão decompostas no próprio desenvolvimento analítico. Mas, fundamentalmente, serão identificados na nota jornalística os enunciados e entidades objetivas e subjetivas; na reportagem algumas características específicas e peculiares que diferenciam entidades objetivas das subjetivas; e por fim, na crítica e reportagem literária, o que se configura como enunciado epistêmico subjetivo, bem como o valor informacional desse tipo de enunciado.

1.3.1 Nota Jornalística: Entidades e Enunciados

Segue uma nota jornalística retirada da Revista Veja:

FESTIVAL AMEAÇADO

A realização do *Rock In Rio* 2013 está sendo ameaçada na Justiça pelo ex-comodatário do terreno que receberá o festival. Marco Marinho acusa a prefeitura do Rio de Janeiro de não avisá-lo previamente da desapropriação da área e de não receber a indenização devida. Marinho também acusa a Artplan, de Roberto Medina, promotora do festival, de crime ambiental por destruir parte da vegetação da área, exigência que sempre lhe foi feita. Marinho quer uma indenização de 53 milhões de reais e o cancelamento do evento marcado para setembro. (Revista Veja, São Paulo, n. 27, p.47, jul. 2013)

As entidades ontológicas subjetivas dessa nota são: festival *Rock In Rio* 2013, Justiça, Prefeitura do Rio de Janeiro e Artplan. As entidades ontológicas objetivas são: terreno que receberá o festival, Marco Marinho e Roberto Medina. É possível questionar se Marco Marinho e Roberto Medina são entidades ontológicas objetivas, já que, por serem sujeitos, são subjetivos. Apesar das opiniões, gostos e pensamentos próprios e subjetivos de Marco Marinho e Roberto Medina, eles, enquanto corpos físicos, são independentes de acordos ou ideias alheias que convençionem as entidades como não físicas, e concordem com que elas existam.

Se organizarmos as entidades ontológicas dessa nota, a entidade subjetiva festival *Rock In Rio* 2013 estará inserida dentro da entidade subjetiva Artplan, por sua vez, inserida dentro da entidade objetiva Roberto Medina. Por fim, todas estarão inseridas dentro da entidade objetiva terreno. A entidade objetiva terreno, por sua vez, está inserida dentro da entidade subjetiva Prefeitura do Rio de Janeiro. Finalmente, todas as entidades estarão subjugadas à entidade ontológica subjetiva Justiça.

Todos os enunciados epistêmicos da nota emitida pela Revista Veja têm uma referência factual, ou seja, são objetivos, podem ser comprovados. Trata-se, portanto, do exercício de um jornalismo factual. No entanto, afirmar que todos os enunciados são objetivos, não é o

mesmo que dizer que realmente são *fatos das entidades*, e/ou que são verdades epistêmicas. Como defende Martin (2009):

[...] a objetividade epistêmica é uma característica do verdadeiro e do falso. A verdade dos enunciados não é critério para determinar sua objetividade. [...] A objetividade epistêmica não é uma característica da verdade ou da realidade, mas uma característica dos enunciados que descrevem uma determinada realidade. (MARTIN, 2009, p. 12)

Sobre a objetividade, ela é a possibilidade de verificação da correlação existente (ou não) entre os enunciados e os fatos; é o processo, o método. Essa possibilidade de verificação pode resultar na correspondência dos enunciados com outros fatos (gerando novos fatos e verdades), como também na não correspondência (enunciados falsos e mentirosos). Isso dependerá das comprovações efetuadas.

Fato é um enunciado comprovado como verdadeiro, ou seja, correspondente a outros fatos epistêmicos já estabelecidos da realidade, ou entidade ontológica considerada. Objetividade, por sua vez, é a possibilidade de verificação, constatação ou averiguação dessa correspondência (ou ausência dela). Objetividade é o método, processo, a possibilidade de se confirmar se um enunciado é verdadeiro ou falso. Se verdadeiro, o enunciado torna-se também um fato, extraível ou ainda inserido dentro da realidade ontológica correspondente (dependerá da perspectiva e da delimitação consideradas).

Objetividade, portanto, não é o mesmo que fato ou verdade. Para os enunciados serem classificados como fatos das entidades e/ ou verdades epistêmicas, além de objetivos, eles deverão **corresponder** aos fatos inclusos das entidades consideradas.

O conceito de fato é então análogo ao de verdade, mas não ao de objetividade. Martin (2009) sugere que para identificar se um enunciado epistêmico é objetivo ou subjetivo, deve-se antes verificar a possibilidade de afirmar se ele pode ser verdadeiro ou falso. Diante dessa possibilidade (e não necessariamente dessa constatação), o enunciado epistêmico é objetivo. Na impossibilidade de tal verificação, o enunciado epistêmico é subjetivo.

Epistemicamente, portanto, se o enunciado puder ser verificado, se a correspondência ou não do enunciado com os fatos for plausível de ser considerada verdadeira ou falsa, o enunciado será objetivo. Do

contrário, se a correspondência não puder ser verificada como verdadeira ou falsa, o enunciado será subjetivo.

De um enunciado subjetivo como “Eu sinto muito”, como cada indivíduo sente de formas e níveis particulares, tal enunciado não poderá ser comprovado como verdadeiro ou falso. No caso de uma retratação, ele dependerá de um acordo mútuo, num limite também subjetivo e satisfatório para ambos. Mas em um enunciado objetivo como, “A casa foi construída sobre um cemitério indígena”, teríamos como suposta entidade ontológica o território, e, incluso nele, os supostos fatos epistêmicos “cemitério indígena” e “casa”. Serão supostos porque na verificação e comprovação objetiva, deve-se partir do princípio da dúvida da correspondência entre a realidade e todo o enunciado. Seja a entidade considerada, seja o possível fato e/ou características desse possível fato. Desse modo, se objetivamente forem verificados e comprovados a existência de tal território, que realmente trata-se de um antigo cemitério indígena, e mais ainda, que existe uma casa construída sobre ele, esse enunciado então será um fato epistêmico.

Retomando a nota da Revista Veja como referência – considerando que ela foi emitida em julho de 2013 – elenca-se três supostos fatos (portanto ainda enunciados epistêmicos possivelmente elaboráveis) inclusos na entidade ontológica objetiva “terreno”:

- 1) Está agendada para setembro, no terreno, a realização do festival *Rock In Rio* 2013;
- 2) O terreno foi desapropriado pela Prefeitura do Rio de Janeiro;
- 3) Marco Marinho é o ex-comodatário do terreno.

Se os enunciados epistêmicos (1, 2 e 3) corresponderem a outros fatos externos, que permitam considerá-los como verdadeiros, eles deixam de ser enunciados e tornam-se fatos epistêmicos da entidade ontológica objetiva terreno. Portanto, verdades epistêmicas. Do contrário, serão enunciados falsos.

Mas podem surgir problemas que complexifiquem um pouco a questão. Como, por algum motivo, considerarmos os enunciados 1, 2 e 3 como fatos sem realmente serem. No jornalismo é importante a multiplicidade de fontes e a verificação exaustiva, tanto quanto possível, dos enunciados considerados como supostos fatos. Mesmo os aparentes fatos precisam ser confirmados e verificados como tais. Mas ocorre que, no jornalismo, muitas vezes não há tempo hábil para tal verificação exaustiva. Nesses casos, toda cautela com a emissão dos enunciados referenciados a supostos fatos é pouca. Sem verificação, a credibilidade do meio e do próprio profissional jornalista correrá riscos.

Da nota jornalística da Revista Veja, um possível enunciado elaborável da entidade ontológica subjetiva “Justiça” afirmaria que um processo judicial aberto na Justiça por Marco Marinho acusa a Prefeitura do Rio de Janeiro de desapropriá-lo do terreno do festival sem aviso prévio, de indenização indevida, e acusa a Artplan, promotora do evento, de cometer crime ambiental ao destruir parte da vegetação da área.

Tais alegações de Marco Marinho, ex-comodatário do terreno, inseridas no processo judicial, constituirão enunciados comprováveis como fatos ou não. Pode-se realizar uma consulta jurídica para constatar o tempo mínimo legal de aviso prévio para desapropriação de um terreno pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e desse modo, compará-la ao tempo dado; pode-se realizar uma avaliação imobiliária do terreno, para verificar o real valor dele, e compará-lo ao valor dado (bem como os valores indenizados em casos semelhantes de desapropriação); e pode-se constatar a quantidade de área desmatada do terreno, para legalmente confirmar se houve ou não crime ambiental.

Um fato incluído na entidade ontológica subjetiva “Justiça” é o processo judicial aberto por Marco Marinho, ex-comodatário do terreno que receberá o festival *Rock In Rio* 2013. Se destacarmos como entidade ontológica o processo judicial – um fato incluso na entidade ontológica Justiça – teremos agora a entidade ontológica subjetiva que denominaremos de “O Processo Judicial”. Ou seja, um fato epistêmico incluso em uma entidade ontológica é agora, por outra perspectiva, ele mesmo uma entidade ontológica.

Uma entidade ontológica considerada, objetiva ou subjetiva, pode muito bem ser um fato incluso de uma outra entidade ontológica ainda maior, e assim sucessivamente, até à realidade metafísica. Mas o caminho inverso também é possível. Um fato epistêmico incluso de uma entidade ontológica, ser agora ele mesmo considerado uma entidade ontológica com seus fatos epistêmicos inclusos.

Dessa agora entidade ontológica subjetiva “O Processo Judicial”, temos como fatos inclusos:

- 1) o tempo mínimo legal de desapropriação de terreno;
- 2) a avaliação imobiliária do terreno;
- 3) a quantidade de desmatamento que se configura como crime ambiental.

Com exceção da avaliação imobiliária, que pode variar de empresa para empresa, as outras duas questões são regidas por lei. Os enunciados da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Artplan não constam na nota da Revista Veja. Mas provavelmente também levarão em

consideração os fatos inclusos na entidade ontológica subjetiva “O Processo Judicial”, já citado. Os enunciados acusatórios de Marco Marinho contra os enunciados defensórios da Prefeitura do Rio de Janeiro, e os enunciados acusatórios de Marco Marinho contra os enunciados defensórios da Artplan, de Roberto Medina, serão considerados verdadeiros se corresponderem aos fatos apurados na entidade ontológica subjetiva “O Processo Judicial”.

1.3.2 Reportagem Jornalística: Entidades e Enunciados Objetivos e Subjetivos

Segue reportagem publicada em O Estado de S. Paulo, assinada pela repórter Marília Assunção:

PRESOS TRÊS ASSALTANTES DE JOALHERIA QUE LEVARAM TERROR A SHOPPING DE GOIÂNIA

No grupo havia um rapaz de 20 anos e dois irmãos, de 16 e 17 anos; jovens levaram pânico a clientes ao trocar tiros com seguranças na tarde dessa segunda

GOIÂNIA - Dois irmãos, de 16 e 17 anos, foram apreendidos na madrugada desta terça-feira, 10, em Aparecida de Goiânia, e um rapaz de 20 anos foi preso pela Polícia Militar por envolvimento no assalto a uma joalheria do Shopping Flamboyant, na tarde de segunda. A ação desastrada terminou em troca de tiros entre os assaltantes e seguranças do shopping, causando pânico e correria dentro do maior centro comercial de Goiânia, em pleno horário do almoço.

A Polícia Civil acredita na participação de mais dois homens que estão sendo procurados, informou o delegado titular do 8º Distrito Policial, Waldir Soares, responsável pelas investigações na região do Jardim Goiás, onde fica o shopping. Com o trio foram apreendidos três revólveres calibre 38 e uma arma de brinquedo que imita um revólver do mesmo calibre. Uma das armas apreendidas foi tomada de um dos seguranças do

Flamboyant. O segurança foi levado junto com os ladrões até a joalheria, no piso 1, onde foi rendido junto com as funcionárias, enquanto a vitrine era quebrada para arrancar joias e relógios de grife.

O tiroteio começou quando outro segurança percebeu o assalto. Os bandidos atiraram e ele revidou. Na saída, os assaltantes se separaram e uma mulher que estava em um caixa rápido de um banco foi usada como escudo por um deles, mas depois liberada. Ninguém saiu ferido, mas clientes e funcionários citaram que ouviram entre oito e 15 disparos.

Um motorista de táxi que estava deixando uma cliente em uma loja de móveis não teve tempo de escapar e acabou rendido, ainda com a jovem dentro do carro, para dar fuga aos dois irmãos. Antes de serem liberados, pouco depois, as vítimas escutaram as conversas da dupla que lamentava o fracasso do roubo. (ASSUNÇÃO, Marília. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 10 set. 2013)

A entidade ontológica maior da reportagem (e deduzida) é a Região Metropolitana de Goiânia. Nela, estão incluídas a capital Goiânia e o município de Aparecida de Goiânia. Mas a Região Metropolitana de Goiânia seria uma entidade ontológica objetiva ou subjetiva? A extensão territorial que compreende a Região Metropolitana de Goiânia é ontológica objetiva. Já o acordo que estabelece que essa determinada extensão territorial brasileira compreenda e represente a Região Metropolitana de Goiânia, é subjetivo. Assim, Goiânia enquanto representação é uma entidade ontológica subjetiva. A extensão territorial dela, e fisicamente tudo ali incluído, é que é objetiva.

Dentro da Região Metropolitana de Goiânia incluem-se as entidades ontológicas subjetivas (representativas): “Goiânia”, “Aparecida de Goiânia”, “Polícia Civil”, “Polícia Militar”, “8º Distrito Policial”, “região Jardim Goiás”, “Shopping Flamboyant”, “Seguranças”, clientes e funcionários do Shopping, “Joalheria”, “funcionárias da Joalheria”, “motorista de táxi”.

Essas entidades ontológicas são subjetivas, porque o que elas representam é ontológico subjetivo. Essas representações dependem de

acordos, ideias e aceitação de outros sujeitos para se configurarem como Goiânia, Polícia Civil, Shopping Flamboyant etc.

Da reportagem são identificáveis as entidades ontológicas objetivas “Waldir Soares”, “mulher que estava em um caixa rápido”, “uma jovem cliente do motorista de táxi” e trio de assaltantes.

Sobre os enunciados epistêmicos, delimita-se aos possivelmente extraíveis da entidade ontológica objetiva “trio de assaltantes”. Tal entidade considerada e delimitada será aqui o fato epistêmico maior. Essa análise identificará enunciados epistêmicos objetivos e um subjetivo. Também gerará uma melhor organização e descrição dos acontecimentos, orientando, até mesmo, possíveis novas investigações:

- 1) Três assaltantes masculinos, um de 20 anos e dois irmãos de 16 e 17 anos;
- 2) Na segunda-feira, dia 09 de setembro de 2013, período da tarde, o trio assaltou uma Joalheria do Shopping Flamboyant, localizado na região de Jardim Goiás, em Goiânia;
- 3) Um segurança do Shopping Flamboyant foi rendido e levado junto com os ladrões até a Joalheria do piso 1. As funcionárias da Joalheria foram rendidas. A vitrine foi quebrada para arrancar as joias e os relógios de grife. Um segundo segurança percebeu o assalto. Os bandidos atiraram e ele revidou. Na saída, os assaltantes se separaram, e um deles usou uma mulher como escudo humano. Depois essa mulher foi liberada. Um motorista de táxi e uma passageira foram rendidos e obrigados a auxiliar a fuga dos irmãos, que lamentaram o fracasso do roubo. O motorista e a passageira foram liberados;
- 4) Os irmãos e o rapaz foram apreendidos na madrugada de terça-feira, dia 10 de setembro de 2013, em Aparecida de Goiânia. De posse do trio, três revólveres calibre 38, um deles tomado do segurança rendido no Shopping Flamboyant, e uma arma calibre 38 de brinquedo.

Constata-se que, de todos os enunciados epistêmicos objetivos, portanto verificáveis de veracidade ou falsidade, há um enunciado epistêmico subjetivo. Ele gera dúvidas, que se fossem respondidas, complementariam a reportagem com outros enunciados epistêmicos objetivos. O enunciado epistêmico subjetivo é aquele que diz que os irmãos lamentaram o fracasso do roubo. O que seria um assalto bem sucedido para eles? Qual era o plano? O quanto eles levaram, ou ainda, levaram algo?

Em reportagens policiais, usualmente as autoridades responsáveis pelos crimes são entrevistadas, como o ocorrido nesse caso com o delegado titular do 8º Distrito Policial, Waldir Soares, responsável pelas investigações na região do Jardim Goiás, onde fica o shopping. Portanto,

as questões levantadas, a partir do enunciado subjetivo emitido pelos assaltantes, poderiam ser respondidas. Contudo, são assegurados também os direitos de defesa dos acusados, como o de preservarem o silêncio até o julgamento. De todo modo, a reportagem analisada trata-se, principalmente, de um jornalismo objetivo e factual.

1.3.3 Crítica Jornalística: Enunciados Subjetivos

Na sequência, o trecho de uma análise crítica do filme “Flores Raras”, do cineasta Bruno Barreto, realizada pelo colunista Contardo Calligaris. Ele foi extraído do site da editoria cultural “Ilustrada” do Jornal Folha de S. Paulo:

FLORES RARAS

[...] À primeira vista, o encontro de Elizabeth Bishop e Lota não foi muito promissor. Aos olhos de Lota, maravilhosamente interpretada ou inventada por uma inesquecível Glória Pires, Bishop devia parecer como uma chata, por grande poeta que fosse. E é provável que Bishop se assustasse pela presença expansiva de Lota. Agora, uma sugestão: é sempre bom desconfiar dos outros ou outras que seu parceiro ou parceira acha imediata e excessivamente desinteressantes. De qualquer forma, o encontro de Elizabeth e Lota foi o começo de uma relação que é, para mim, um protótipo de história de amor que vale a pena. Alguns dirão que não acabou bem. Mas esse não é um argumento. O que importa mais é que, nos anos em que elas se amaram, cada uma delas deu o melhor de si: Bishop escreveu os poemas de “North and South” (que lhe valeram o prêmio Pulitzer), e Lota concebeu e realizou o aterro de Flamengo, no Rio de Janeiro. [...] (CALLIGARIS, Contardo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 ago. 2013)

O trecho da crítica é sobre as entidades ontológicas objetivas “Elizabeth Bishop”, “Lota” e “Glória Pires”. Também sobre as entidades ontológicas subjetivas “Poemas de *North And South*”, “Aterro de Flamengo”, “Rio de Janeiro” e relação afetiva entre Elizabeth Bishop e Lota.

A entidade subjetiva “*Poemas de North And South*” pode ser considerada um fato incluído na entidade ontológica objetiva “Elizabeth Bishop”. O mesmo ocorre com a entidade subjetiva “Aterro do Flamengo”; ela pode ser um fato incluso na entidade ontológica objetiva “Lota”. Contudo, é também um fato incluído na entidade ontológica subjetiva “Rio de Janeiro”.

Desse modo, reformulando, o trecho da análise crítica inclui as entidades objetivas “Elizabeth Bishop”, “Lota” e “Glória Pires”; e as entidades subjetivas “Rio de Janeiro” e “relação afetiva entre Elizabeth Bishop e Lota”. São identificados enunciados objetivos de entidades subjetivas, e enunciados subjetivos de entidades objetivas. Bem como, também, enunciados objetivos e subjetivos de forma simultânea, além de apenas enunciados subjetivos de entidade subjetiva.

Da entidade objetiva “**Elizabeth Bishop**”:

- 1) Enunciado subjetivo: É provável que Bishop se assustasse pela presença expansiva de Lota;
- 2) Enunciado objetivo: Bishop escreveu os poemas de “*North and South*” que lhe valeram o prêmio Pulitzer

Da entidade objetiva “**Lota**”:

- 1) Enunciado subjetivo: Aos olhos de Lota, Bishop devia parecer como uma chata, por grande poeta que fosse;
- 2) Enunciado objetivo: Lota concebeu e realizou o aterro de Flamengo, no Rio de Janeiro.

Da entidade objetiva “**Glória Pires**”:

- 1) Enunciado subjetivo: Lota, maravilhosamente interpretada ou inventada por uma inesquecível Glória Pires.

Da entidade subjetiva “**Rio de Janeiro**”:

- 1) Enunciado objetivo: O aterro do Flamengo, concebido e realizado por Lota, está situado no Rio de Janeiro.

Da entidade subjetiva “**Relação afetiva entre Elizabeth Bishop e Lota**”:

- 1) Enunciado subjetivo: À primeira vista, o encontro de Elizabeth Bishop e Lota não foi muito promissor;
- 2) Enunciado subjetivo: O encontro de Elizabeth e Lota foi o começo de uma relação que é, para mim, um protótipo de história de amor que vale a pena. Alguns dirão que não acabou bem;
- 3) Enunciado subjetivo: O que importa mais é que, nos anos em que elas se amaram, cada uma delas deu o melhor de si.

No trecho analisado dessa crítica opinativa de Calligaris, intitulada “Flores Raras”, constata-se a subjetividade nos adjetivos “promissor”, “maravilhosamente”, “inesquecível”, “chata”, “grande

poeta”, “presença expansiva”, “desinteressantes”. Mas também em expressões como “vale a pena”. O texto trata-se do exercício de um jornalismo crítico e opinativo.

Contudo, como corresponder enunciados subjetivos a fatos? Enunciados subjetivos somente corresponderão a fatos para os sujeitos que os expressam, ou ainda, para quem acredite ou concorde com eles. Ou seja, enunciados subjetivos não possuem valores-verdade, objetivamente comprováveis. A comprovação é subjetiva, dos próprios sujeitos emissores, e não verificável por todos.

1.3.4 Reportagem Literária: Valor Informativo dos Enunciados Subjetivos

Segue um texto jornalístico literário do escritor Nuno Manna, retirado da seção Esquina, da Revista Piauí.

MINEIROS ENAMORADOS DISPUTAM QUEM ESCRIVE A CARTA MAIS ROMÂNTICA

A voz mais quente do rádio mineiro, companhia das almas solitárias que erram pelas madrugadas belo-horizontinas, entrou em cena mais uma noite para emprestar sua calorosa dicção às palavras apaixonadas enviadas por um coração despedaçado. Agnaldo Silva, locutor e produtor há onze anos do Good Times, tradicional programa noturno de sucessos de antanho, leu uma mensagem de amor: “Outros romances virão. Amores, não mais. Não darei a outros o amor que guardei para você. E sei que eles não me darão, jamais, a plenitude que senti ao seu lado.”

Dessa vez, no entanto, Agnaldo não estava em seu estúdio, sozinho, como todas as noites. Suas palavras não eram levadas pelas ondas do rádio, e aquela mensagem não fora enviada por um ouvinte. Naquela noite abafada de dezembro, o locutor estava no palco de uma casa de shows, diante de uma plateia que se deleitava com sua interpretação grave do texto vencedor do 1º Concurso Mineiro de Cartas de Amor.

Muitas das missivas inscritas no concurso estavam dependuradas em um longo barbante, seguras por prendedores de roupa ao lado de rosas vermelhas. No varal do amor, um amante espiritualista confessou: “Com seu jeito calmo, manso, você veio e se despejou sobre meu ser, meu querer. Sem saber, me acendeu como um crente acende a vela em uma oração silenciosa, intimista se tornou.” Um outro, de tato aguçado, descreveu um beijo na amada: “Roço teu rosto com minhas mãos trêmulas, elas padecem frias, mas guardam todo o carinho inefável de uma poesia. Tremes um pouco. Balouça como se a brisa fosse sua rede. Recuo. Ponho, então, meu lábio rude sobre o seu róseo estandarte real.”

Outras cartas estavam expostas no recanto intimista dos banheiros. “Com longos goles de champagne frappé, tocarei um estribilho nas cordas da sua voz. Espantarei as moscas do seu doce tédio e edificarei potes de amor lacrimado, quando você se entristecer por um motivo qualquer”, escreveu um apaixonado voluntarioso. No toalete masculino, estrategicamente posicionadas acima dos mictórios, confissões eram compartilhadas com os que se aliviavam: “Você é minha gitana, minha Musetta e eu sou seu mouro.”

Quem julgou as 35 cartas inscritas no concurso foi Mariângela Paraizo, professora da Faculdade de Letras da UFMG. Ela se disse comovida com a forma como os missivistas trouxeram à luz seus sentimentos mais íntimos. O desprendimento, especulou, talvez se explicasse pelo fato de as cartas se dirigirem a alguém que provavelmente jamais as leria. “Isso me parece lindo nas cartas de amor: são criadas por um gesto equivocado e sempre erram de endereço”, afirmou a acadêmica. “Considerando as impossibilidades próprias da linguagem, as cartas de amor, dito de uma maneira bem brega, são milagres esfarrapados.” Questionada se todas as cartas de amor são mesmo ridículas, como escreveu Fernando

Pessoa, ela respondeu: “Quem sou eu para discordar?”

O concurso foi promovido por ocasião do aniversário de três anos da Orquestra Mineira de Brega, coletivo de jovens músicos que interpretam clássicos de motel como Borbulhas de Amor, de Fagner, ou Je T’aime... Moi non Plus, de Jane Birkin e Serge Gainsbourg. Segundo Artênus Daniel, tecladista e um dos vocalistas da banda, a ideia nasceu da vontade do grupo de convidar Agnaldo Silva ao palco. Numa chamada nas redes sociais, os mineiros foram instados a conceber “aquelas coisas para escrever no papel e borrifar perfume depois”. O vencedor ganharia um par de ingressos para o show da banda, champanhe e morangos no camarim, além da incomparável oportunidade de ter sua carta lida em bom som pela voz de veludo do cupido em pessoa.

A entrada em cena catártica de Agnaldo Silva foi acompanhada de uma explosão prateada de papel picado enquanto a música-tema de seu programa, a arrebatadora Love’s Theme, de Barry White, era executada pela Orquestra. Aos 41 anos, o locutor miúdo, de feições levemente orientais e postura comedida, agradeceu a recepção e deu início à leitura da carta vencedora: “Dizem que o amor é fogo que arde sem se ver, é ferida que dói e não se sente”, entoou, caprichando na citação de Camões. “Pois a ferida que restou em meu peito depois que você partiu dói, queima, lateja, com tanta intensidade que quase posso tocar.”

Jéssica Freitas, a advogada de 24 anos que escreveu a missiva premiada, foi recebida com palmas no camarim. “Parabéns! Sua carta é muito brega”, elogiou um músico. Uma mulher lhe trouxe uma garrafa de espumante e lamentou que só tivesse copos descartáveis para servi-la. Enquanto pegava um dos morangos dispostos numa bandeja de papel, Jéssica contou que escreveu a carta “no limite da emoção, numa tarde de trabalho, depois de terminar uma petição”.

Ciosa de sua reputação profissional, a advogada frisou que não lança mão de tantos adjetivos em peças de direito criminal. Acrescentou que, na redação da carta, tinha plena consciência de que desafiava a gramática – num gesto voluntário de licença poética – ao iniciar uma frase com uma conjunção coordenativa: “Pois sei que o verdadeiro amor é coisa rara, que toca o coração de poucos seres.”

Sorridente e espirituosa, Jéssica parecia esconder bem ou ter superado a dor lancinante que transbordava do seu texto. E não era para menos. Questionada sobre o destinatário da missiva, motivador de tão devastadora mágoa, a vencedora do concurso revelou tratar-se de um caso fictício.

Seja como for, sua mãe se entusiasmou quando soube do prêmio, na esperança de que a carta lhe rendesse um genro. “Ela é do tipo que até já comprou roupas para o neto”, explicou Jéssica. Mas a jovem não parecia tão preocupada. O ramo de santo Antônio que ganhou de Agnaldo Silva seria guardado em casa dentro de uma lata do Atlético Mineiro. “Vamos ver qual milagre será mais forte em 2013.”

(MANNA, Nuno. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, Nº 76, Jan. 2013)

Matérias e reportagens jornalísticas factuais teoricamente incluem o lide (ou *lead*). Por isso, nesses textos as questões principais do assunto tratado já são respondidas no primeiro parágrafo: “O quê?”, “Quem?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?”, e “Por quê?”. O lide proporciona economia de tempo para o leitor, permite uma informação rápida, identificação dos supostos fatos, a identificação de possíveis interesses e a escolha do prosseguimento com a leitura.

Já em textos jornalísticos literários, as informações objetivas e subjetivas estão dispersas nos vários parágrafos. A reportagem literária analisada, por exemplo, possui onze. De cada um deles, uma informação objetiva pode ser extraída. Mas somente no 2º parágrafo é constatado que o texto se refere, principalmente e essencialmente, a uma entidade ontológica subjetiva: o “1º Concurso Mineiro de Cartas de Amor”.

Os enunciados da reportagem literária são epistêmicos objetivos, subjetivos e simultâneos. Mas a subjetividade prevalece. Como nos textos críticos e opinativos, há muitos adjetivos que transmitem juízos de valores pessoais não comprováveis: “a voz mais quente”, “almas solitárias”, “calorosa dicção”, “palavras apaixonadas”, “coração despedaçado”, “noite abafada”, “plateia que se deleitava com sua interpretação grave” etc.

De todos os enunciados da reportagem literária analisada, objetivos e subjetivos, se extrai objetivamente que, durante uma noite de dezembro, ocorreu numa casa de shows diante de uma plateia, a premiação do 1º Concurso Mineiro de Cartas de Amor. O concurso foi promovido por ocasião do aniversário de três anos da Orquestra Mineira de Brega, coletivo de jovens músicos. Trinta e cinco cartas foram inscritas e julgadas por Mariângela Paraizo, professora da Faculdade de Letras da UFMG. A carta vencedora foi de Jéssica Freitas, advogada de 24 anos. “Outros romances virão. Amores, não mais. Não darei a outros o amor que guardei para você. E sei que eles não me darão, jamais, a plenitude que senti ao seu lado”, diz um trecho da carta fictícia contemplada. Jéssica Freitas foi premiada com um par de ingressos para o show da Orquestra Mineira de Brega, champanhe e morangos no camarim, além da oportunidade de ter a carta lida pelo radialista Agnaldo Silva, 41, locutor e produtor há onze anos do tradicional programa de rádio noturno *Good Times*. O programa apresenta mensagens de amor e sucessos musicais antigos.

Exatamente quando (ano e dia) e onde (cidade) são deduções. O texto se refere a “naquela noite abafada de dezembro” e “[...] pelas madrugadas belo-horizontinas”. Provavelmente foi no ano de 2012 – já que a edição da revista é de janeiro de 2013 – e em Belo Horizonte.

Mas são pelos enunciados epistêmicos subjetivos do texto, e consequentemente pela ótica do autor, que tomamos conhecimento de que o locutor Agnaldo Silva é “miúdo, de feições levemente orientais e postura comedida”; que os jovens músicos “interpretam clássicos de motel como Borbulhas de Amor, de Fagner, ou *Je T’aime... Moi non Plus*, de Jane Birkin e Serge Gainsbourg.”; e que Jéssica Freitas é “sorridente e espirituosa”. Ou seja, enunciados subjetivos, apesar de serem perspectivas pessoais, possuem informações subjetivas que podem interessar ao leitor. A partir da visão subjetiva do emissor, simula-se um quadro representativo que julga o objeto, como também o sujeito que o enuncia.

Contudo, é também por um enunciado epistêmico subjetivo extraído da reportagem, que se comprova a fragilidade das impressões

pessoais em termos objetivos. “Sorridente e espirituosa, Jéssica parecia esconder bem ou ter superado a dor lancinante que transbordava do seu texto.” Na sequência, o autor Manna emite um enunciado epistêmico objetivo, portanto com valor-verdade, que desmantela toda a subjetividade dessa primeira impressão pessoal: “E não era para menos. Questionada sobre o destinatário da missiva, [...], a vencedora do concurso revelou tratar-se de um caso fictício”.

1.4 OS FATOS CONTRA ENUNCIADOS FALSOS

Diz o adágio popular, “contra fatos não há argumentos”. Um possível sentido transmitido por essa proposição, se assemelha ao de um acusador sentenciando um acusado: “Não diga mais nada. É inútil. Os fatos comprovam que você é o responsável”. Fica sugerido também que os fatos são absolutos e incontestáveis. Mas fatos concebíveis para análises e comprovações são epistêmicos, não ontológicos.

Epistemicamente, portanto, se contra o fato não há argumento ou opinião, o que pode contrariá-lo? Outro fato não o contrariará, mas o complementar, o elucidará, ou o substituirá. As únicas coisas contrárias aos fatos são enunciados falsos e mentirosos, mas que ainda não foram constatados como tais.

Ninguém bem intencionado é contrário aos fatos, mas sim a favor de elucidá-los, complementá-los. Pode ocorrer, porém, que o que se convence como fato trate-se na realidade de uma falsidade, mentira. Contrário a essa mentira, apenas o verdadeiro fato. Disso, se deduz que, contra os aparentes fatos, dos quais na realidade podem se tratar de enunciados falsos, somente a comprovação.

Afirma Sponholz (2009, p.59) “[...] contra fatos só há a possibilidade de verificação”. Porém, na realidade, nada pode contrariar os fatos. Se puder, então eles não eram realmente fatos. Eram aparentes, supostos, ou enunciados falsos – que foram checados e investigados (ou verificados), e comprovados como tais.

Há, no entanto, a possibilidade de descontextualização dos fatos. Interpretações incompletas, contudo provenientes de fatos epistêmicos comprovados. Nesses casos, o que ocorre é que tais fatos subjetivamente estão isolados de outros que os complementar. Eles não são falsos e não serão contrariados, mas complementados. As interpretações incompletas deles serão justificadas pelos novos fatos, ou, dependendo do caso, retratadas. Como o Jornalismo depende majoritariamente de autoridades – de todas as áreas do conhecimento – e testemunhos para transmitir novas descobertas, pode ocorrer que

transmita enunciados incompletos até novos conhecimentos os justificarem.

Assim, propõe-se reformular a frase “contra fatos não há argumentos”, ou “contra fatos só há a possibilidade de verificação”. Nada há contra fatos, nada pode contrariá-los. Se existe dúvida, é porque eles ainda não foram confirmados realmente como tais, ou não são fatos, ou existe a possibilidade de não serem fatos. Contudo, os fatos podem contrariar e comprovar enunciados falsos. Assim, e epistemicamente, a proposição sugerida é: “Os fatos contra enunciados falsos”.

1.5 O SURGIMENTO DA OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

Para Chaparro (2011, p.5), não há distinção entre o paradigma jornalístico opinião e informação: “[...] o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões”. Portanto, de acordo com ele, a objetividade é uma ilusão. É impossível sermos objetivos e transcrevermos a realidade de forma objetiva. A opinião e a subjetividade sempre estarão presentes.

Ontologicamente, concorda-se com Chaparro. Epistemicamente, não. Ontologicamente a questão enunciativa torna-se absoluta, exata, precisa, inquestionável. E naturalmente, desse modo, será idealista e relativista. Ontologicamente, nenhuma verdade, fato, realidade ou objetividade pode racionalmente ou logicamente ser relatada em enunciados absolutos, exatos, precisos e inquestionáveis, sem quaisquer resquícios de subjetividade. É inviável.

Mas a descrição de um aspecto da realidade é o resultado de uma perspectiva pessoal, de um interesse subjetivo despertado, intrínseco ao sujeito. E a epistemologia considera isso. As fontes de conhecimento são também processos cognitivos, como introspecção, memória, raciocínio e percepção. Tambosi (2005) elenca cinco: 1) Percepção (fonte cognitiva); 2) Memória; 3) Raciocínio; 4) Consciência (percepção interna ou introspecção) e 5) Testemunho.

De modo que, o sujeito capta o objetivo. O sujeito, com suas emoções, sentimentos, gostos, opiniões e modos de agir, transcreve a realidade objetiva externa a ele, mesmo sendo essa descrição motivada por escolhas, aspectos, perspectivas, vivência etc. A realidade externa é ontológica, mas descrições sobre ela são epistêmicas, racionais, lógicas, não absolutas, humanas e limitadas, contudo, objetivas, contextualizáveis e comprováveis.

No sentido epistêmico, a objetividade é viável e funciona para esse fim. É um dos principais recursos comprobatórios das ciências, senão o principal. Sem objetividade, não teríamos a possibilidade de existência de qualquer ciência. É o único modo racional, lógico e possível de se atingir o conhecimento científico, universalmente comprovável.

Chaparro (2011) descreve que a objetividade jornalística surgiu no período de existência de um jornal inglês chamado *The Daily Courant*, entre 1702 e 1735. O diretor do jornal, Samuel Buckley, tornou-se “o primeiro jornalista a preocupar-se com o relato preciso dos fatos, tratando as notícias como notícias, sem comentários.” (CHAPARRRO, 2011, p.1).

“O que se sabe da experiência do *Daily Courant* permite admitir que os cuidados maiores eram com a apuração dos fatos, principalmente no que toca ao rigor na escolha das fontes” (CHAPARRRO, 2011, p.3)

Segundo Marconi Oliveira da Silva (2006, p.13), entre 1830 e 1850, as notícias na imprensa norte-americana versavam sobre fatos nacionais, internacionais, crimes, violência, paixões, interesse humano, economia e política, mas sem preocupação alguma com o rigor investigativo de apuração ou precisão e exatidão dos relatos.

Amaral (1996, p.25) afirma que não havia preocupação com o equilíbrio e a imparcialidade por parte dos editores e leitores: “[...] A imprensa era sobretudo político-partidária, comprava-se (assinava-se) jornal para saborear a versão parcial dos acontecimentos e para se ler as críticas aos adversários, quase sempre pessoais, procedentes ou não, [...] quando não afrontosos.” De acordo com Traquina (2001, p.66), o velho paradigma concebia os meios de comunicação social como arma política e os jornalistas como militantes partidários.

Por um longo período da história da imprensa mundial, e mais especificamente até o século 19, houve grande desequilíbrio entre o jornalismo informativo e opinativo. Nesse período, adotou-se mais extensivamente a objetividade – princípio refletido e utilizado principalmente pelas ciências – para equilibrar opiniões com os fatos e constituir a atual concepção social do Jornalismo: uma entidade prestadora e divulgadora de serviços de utilidade pública, não partidária de interesses específicos elitistas ou pessoais.

Segundo Sponholz (2003, p.117), a neutralidade, imparcialidade, equilíbrio, isenção e pluralismo do Jornalismo, associados à objetividade, foram uma necessidade democrática para que diferentes opiniões e realidades se convergissem. No contexto da história da imprensa, tornaram-se a possibilidade, ou “dever” do jornalista, de

abdicar do próprio ponto de vista e ouvir defensores de pontos de vistas variados, apresentando, em formato noticioso textual, visual ou oral, opiniões diferentes, de modo equilibrado e não tendencioso (SPONHOLZ, 2003, p.115).

Deram-se nos primeiros 30 anos do século 19, na Inglaterra, França e Estados Unidos, a passagem da imprensa politizante para uma imprensa comercializada (AMARAL, 1996, p.26). Segundo Silva (2006, p.13), foi a partir de 1865 que se iniciou a “verdadeira revolução” na imprensa, com o surgimento de um novo modelo de jornalismo, o da separação dos fatos e opiniões – ou como afirma Sponholz (2004, p. 148), *detachment*, separação entre aquilo que o jornalista pensa do que ele noticia. Estabeleceram-se como critério para a informação a imparcialidade e a objetividade.

A partir do século 19, uma nova noção surgiu, a do jornalista como observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais, sem “interesses específicos a defender, que o desviem da sua missão que é informar e procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer”. (TRAQUINA, 2005, p.147)

Foi Adolph S. Ochs quem consolidou esse novo modelo de jornalismo – objetivo, imparcial e preso à verdade dos fatos – definindo-o como princípio editorial para o *New York Times*, posteriormente adotado por quase todos os veículos da imprensa do Ocidente, principalmente agências noticiosas durante todo o século 20. (SILVA, 2006, p.14)

A ideia era que o jornalista deveria “[...] deixar em casa suas normas, princípios, referências políticas e ideológicas, procurar excluí-las do pensamento e se concentrar na narração dos fatos, sem tentar explicá-los ou comentá-los”. (AMARAL, 1996, p.26). Dessa forma, mediar e transmitir a realidade como um sujeito observador, sem intervenção externa. (SPONHOLZ, 2004, p.147)

[...] a crença de que a realidade poderia ser entendida através da ‘coleção, classificação e interpretação dos fatos’ passou a dominar as profissões de sociologia, ciência política e economia [...] Estas mudanças nas ciências sociais ocorreram paralelamente à ascensão de noções ‘objetivas’ em jornalismo: empiricismo, levantamento de dados e método científico (MINDICH, 1998, p. 107 apud SPONHOLZ, 2004, p. 149).

A noção de objetividade, até então discutida principalmente em filosofia e ciências, passou a ser incorporada pela imprensa:

[A incorporação da objetividade] começou a partir de meados do século XIX com a lenta e persistente adoção e discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes determinantes da ética profissional de captação e transmissão de notícias. Esses princípios, estabelecidos pelo jornalismo por volta de 1850, prepararam o terreno para a introdução do termo objetividade, que só veio a ser empregado em relação à imprensa cerca de 80 anos mais tarde, depois da I Guerra Mundial (1914-1918). (AMARAL, 1996, p.25)

Para Amaral (1996, p.17), “a objetividade é apontada como uma das principais virtudes da matéria jornalística, qualidade defendida há quase um século pela imprensa americana, espelho de muitas, inclusive da brasileira”. A objetividade, ou aquilo que mais tarde ganharia o nome de objetividade, identificar-se-ia com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento e alheamento em relação a valores e ideologia (1996, p. 26). Mas tal como aconteceu com os filósofos, era natural que a noção de objetividade também colocasse os jornalistas em campos teóricos opostos, provocando uma discussão que se desdobra até hoje (1996, p.25).

Para Sponholz (2004, p.146), a ideia de objetividade, desenvolvida no contexto cultural anglo-americano a partir do século 19, surgiu de um empirismo ingênuo que pressupõe que todo conhecimento vem da observação direta da realidade. Para conhecer o mundo, bastaria abrir os olhos, pesquisar, sair às ruas, entrevistar e se concentrar em fatos que seriam expressões da realidade em estado puro.

De acordo com Genro Filho (2012, p. 197), tal visão ingênua é também positivista:

Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção, e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção do mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente,

recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas.

Ainda de acordo com Sponholz (2004, p.146), outras concepções associadas à objetividade – como neutralidade e imparcialidade – não resultaram do empirismo ingênuo, mas do igualitarismo, ideal gerado pela sociedade norte-americana do século 19, profundamente marcada por desigualdades. Resultaram também da visão racionalista de que qualquer pessoa tem capacidade de conhecer a verdade e discernir entre o que é falso ou não.

1.5.1 A Objetividade Jornalística Contextualizada

Todas as críticas direcionadas à possibilidade de existência, ou ao uso da objetividade jornalística, surgiram no decorrer do desenvolvimento democrático da imprensa. A objetividade, tal como exposta nesse trabalho (e também por estudiosos realistas moderados⁴), não pressupõe a possibilidade de apreensão da realidade ontológica total ou a possibilidade de existência de fatos ontológicos totais. Mas sim que, da realidade ontológica, são identificados fatos epistêmicos. São levados em consideração o modo humano, limitado, objetivo e subjetivo de como compreendemos a realidade ontológica, e de como dela constatamos esses fatos.

A subjetividade é parte do processo e uma condição para a objetividade, uma vez que a busca da realidade sobre um determinado problema pressupõe o interesse do sujeito. Perspectividade, seletividade e construtividade representam uma subjetividade inevitável, que está presente tanto nos comentários como nos “textos informativos” (SPONHOLZ, 2003, p. 115).

A principal, e mais lembrada, referência de método objetivo jornalístico para descrição de fatos jornalísticos, é o lide (ou *lead* em inglês). Trata-se de um guia. Seis perguntas procuram ser respondidas já no primeiro parágrafo: “O quê”, “Quem” Quando”, “Onde”, “Como” e

⁴ Não radicais e extremistas. Concebem a objetividade em equilíbrio com a subjetividade, inerente aos sujeitos. E ainda, que a realidade não pode ser absoluta. Considerando-se, por exemplo, noções de Ciências Exatas, quando fórmulas matemáticas são aplicadas à realidade, infinitos fatores podem interferir nelas. Se $1 + 1 = 2$, duas laranjas nunca serão exatamente e precisamente iguais.

“Por quê”. No entanto, a objetividade jornalística é mais ampla que isso. Ela inclui valores e procedimentos que, juntos, constituem a norma da objetividade jornalística e o modo como o fato pode ser descrito.

De acordo com Demeneck (2009, p.14)⁵ há quatro categorias desses valores e procedimentos. O lide, nesse caso, é um valor e procedimento incluído na categoria de valores e procedimentos estéticos:

- a) Valores e procedimentos políticos – apartidarismo, pluralidade, distanciamento e equilíbrio;
- b) Valores e procedimentos epistêmicos – faticidade, transparência, rigor e acurácia;
- c) Valores e procedimentos estéticos – concisão, clareza, hierarquização de conteúdos;
- d) Valores éticos – honestidade, justiça;

Sendo que a objetividade é o método de constatação da correspondência epistêmica entre os enunciados e os fatos, Sponholz (2003, p.111) adaptou esse conceito para o Jornalismo, e definiu “objetividade em Jornalismo” como a relação e/ou conexão entre a realidade midiática (enunciados) com a realidade social (fatos).

No entanto, a distinguiu de “objetividade jornalística”:

Objetividade jornalística, por sua vez, deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática. Objetividade é portanto uma discussão sobre a possibilidade de se conhecer a realidade, ou seja, uma questão para a teoria do conhecimento. (2003, p.111)

É relevante essa afirmação de que objetividade é uma questão para a teoria do conhecimento. Ela confirma o que já foi dito: objetividade é uma questão epistêmica (epistemologia e teoria do conhecimento são a mesma coisa). Torna-se igualmente destacável a semelhante concepção de objetividade nesse trabalho como método,

⁵ Dos valores citados e categorizados por Demeneck, discorda-se apenas da transparência como valor e procedimento epistêmico. Ela se encaixaria melhor, a meu ver, em valores e procedimentos políticos e/ou éticos.

com a de objetividade jornalística exposta por Sponholz: um método com “[...] normas e regras para a observação da realidade [...]”.

No entanto, as denominações distintas, propostas e expressas por Sponholz, entre “objetividade em Jornalismo” e “objetividade Jornalística” confundem. Induzem à interpretação de uma distinção entre significado e método. Contudo, o método faz parte do significado do que é objetividade jornalística, e do que ela se trata.

Afirma Sponholz (2003, p. 111):

Objetividade jornalística corresponde à fase de produção da notícia na qual o jornalista se informa para depois informar os outros [...] quando a realidade ainda não foi codificada em signos. A objetividade textual se refere à relação entre a realidade e o texto, à fase em que a realidade é codificada em signos. Credibilidade é a percepção do receptor sobre a relação entre as realidades social e realidade midiática.

Se objetividade jornalística é a correspondência entre as realidades midiática e social, todo o processo dessa correspondência (produção da notícia, realidade codificada em signos e credibilidade) é o método jornalístico de descrição dos fatos jornalísticos. Tudo isso, no entanto, é e significa a mesma coisa: objetividade jornalística.

Porém, se a intenção é criar ou categorizar todos os possíveis métodos jornalísticos de descrição do fato jornalístico, isso naturalmente é útil para a área. Eles são quem compõem a objetividade jornalística. Se, e como proposto, a objetividade textual for destacada da objetividade jornalística, poderíamos considerar e fazer o mesmo com objetividades orais e imagéticas, considerando a relação delas também com a realidade.

A objetividade jornalística é o método de correspondência objetiva entre os enunciados jornalísticos e os fatos jornalísticos epistêmicos da realidade ontológica social. Esse método inclui o modo objetivo de como os enunciados provenientes dos fatos jornalísticos serão emitidos e transmitidos. Eles incluem técnicas, ferramentas, lide, imagens, textos ou oralidade, e valores e procedimentos: apartidarismo, pluralidade, distanciamento e equilíbrio, faticidade, transparência, rigor, acurácia, concisão, clareza, hierarquização de conteúdos, honestidade, justiça.

Compõem o método jornalístico de descrição dos fatos jornalísticos 1) os meios jornalísticos – e neles incluídos – 2) as ferramentas jornalísticas, 3) os sujeitos jornalísticos e 4) as técnicas jornalísticas.

Como sabemos, os meios jornalísticos são divididos em impressos (textos e imagens), radiofônicos (sons), televisivos e digitais (textos, imagens e sons). As ferramentas jornalísticas incluem as próprias empresas jornalísticas e, dependendo do meio jornalístico considerado, as máquinas e computadores, acesso à rede mundial de computadores, câmeras fotográficas, televisivas e digitais, blocos de nota, gravadores, ferramentas de edição de vídeo, áudio, imagem e textos, ambientes de apresentação ou execução das matérias, meios de transporte, identificações, prensas etc.

Os sujeitos jornalísticos podem ser identificados como os donos e funcionários das empresas jornalísticas, as fontes, editores, fotógrafos, cinegrafistas, redatores, revisores, repórteres, comentaristas, apresentadores, radialistas, técnicos de áudio, vídeo e som etc.

Por fim, e também dependendo do meio jornalístico, temos técnicas jornalísticas intrínsecas a cada um dos sujeitos jornalísticos. Apresentadores de rádio e TV, por exemplo, necessitam de uma boa locução, raciocínio rápido e habilidade para improviso; fotógrafos e cinegrafistas necessitam do conhecimento de iluminação, profundidade, proximidade, foco e composição de imagens; revisores necessitam de conhecimentos gramaticais impecáveis, e assim por diante.

Essas quatro categorias sugeridas, meios, ferramentas, sujeitos e técnicas, resumidamente, servem para ilustrar toda a possível amplitude da objetividade jornalística. Intrínsecos a todos os sujeitos jornalísticos, possivelmente categorizáveis como ramificações de técnicas jornalísticas, temos valores e procedimentos políticos, epistêmicos, estéticos e éticos (DEMENECK, 2009). Esses valores e procedimentos interferem em maior ou menor grau nos trabalhos específicos de todos os sujeitos jornalísticos.

Os valores e procedimentos categorizados como políticos – apartidarismo, pluralidade, distanciamento, equilíbrio e transparência – justificam a prévia confiança e credibilidade depositada pela sociedade no Jornalismo. Parte-se do princípio que o Jornalismo não é tendencioso, defensor de interesses pessoais, de grupos, partidos políticos ou candidatos a agentes públicos do estado.

Há uma máxima no Brasil, e já clichê, que afirma: “Não se discute política, religião e futebol”. Isso não quer dizer que tais assuntos não possam ser debatidos. Mas sim, que, as escolhas por determinadas

posições relacionadas a estes temas, são emocionalmente não compartilhadas por todos, são subjetivas, pessoais, por vezes sem sentido, egoístas e irracionais. O debate deliberado e acalorado de assuntos envolvendo tais escolhas pessoais, dificilmente modificam as posturas escolhidas pelas pessoas. Pelo contrário, alimentam e criam intolerância, acarretam em críticas aos meios que tomam uma postura ou defendem um lado (mesmo que de forma velada), e pior, geram a perda da credibilidade histórica da imprensa, conquistada a partir da adoção do método objetivo.

Os valores e procedimentos categorizados como epistêmicos – faticidade, rigor e acurácia – provém da adoção por uma postura mais objetiva do que subjetiva. Nesses casos, a subjetividade inerente aos sujeitos não é priorizada, mas claro, como já vimos, ela existirá. A descrição se torna uma tentativa de refletir os fatos de uma maneira precisa e fiel, verificável por todos aqueles dispostos a confirmarem a veracidade ou falsidade dos enunciados.

Os valores e procedimentos estéticos – como concisão, clareza, hierarquização de conteúdos – incluem o lide. O lide agiliza e ordena o processo de descrição do fato. Mas tais procedimentos estéticos são também subjetivos, ou seja, dependem de cada sujeito. Os resultados práticos da adoção deles se diferenciarão entre si, demonstrando por vezes o estilo pessoal e próprio de cada repórter.

Por fim, temos os valores éticos como honestidade e justiça. É esperado dos jornalistas que priorizem os interesses públicos acima dos pessoais. Os jornalistas possuem uma prévia confiança do público e da empresa contratante: a de que são profissionais mantenedores de um pré-requisito ético. Manter esse valor dependerá deles e da empresa. Se forem comprovadas atitudes escusas, dificilmente se conservarão na profissão. Esse acordo tácito entre Jornalismo e sociedade não pode ser rompido.

Barros Filho (2013), ao questionar a efetiva liberdade dos profissionais jornalistas em atuar e poder realizar seus trabalhos sem coação – sem cerceamento, por critérios políticos, econômicos e institucionais – inclui a objetividade como uma limitação. Para ele, a objetividade subestima os fatos, porque induz em alguns a crença de que esse método os reproduzirá de forma precisa e sem esforço. Sendo assim, os jornalistas tenderiam a julgar que as opiniões seriam mais interessantes e importantes para se ocupar. Para Barros Filho, porém, o profissional jornalista focado apenas em opiniões não justifica seu papel na sociedade, o da seletividade dos fatos noticiáveis.

Os discursos dos profissionais que são socialmente questionados por seus trabalhos denunciam à exaustão um imperativo ético limitante dessa liberdade deliberativa. A objetividade jornalística. Expressa dessa forma ou por recursos metafóricos indicativos de correspondência como espelho ou reflexo. [...] Servindo-se das categorias jornalismo "opinativo", "informativo" e "interpretativo", confina na primeira categoria toda atribuição de valor. Assegura que nas outras duas o mundo aparece, ou pelo menos deveria aparecer, tal como é. (BARROS FILHO, 2013)

Se há entre os próprios profissionais jornalistas os que concebem e aceitam o método da objetividade como ontológico e, portanto, garantidor de uma verdade absoluta, isso demonstra uma insensatez. Assim como é extremamente nociva uma concepção unicamente interpretativa dos fatos – uma forma de pensamento idealista radical –, também é igualmente nociva a ilusão da objetividade como garantidora de uma precisão absoluta dos relatos – uma concepção realista radical.

Mesmo epistêmica, a objetividade jornalística baseia-se primordialmente em testemunhos, apenas um entre outros critérios de comprovação científica. Por isso, para ser aplicada, a objetividade jornalística requer muito esforço por parte dos jornalistas. Desde a verificação dos supostos fatos, até uma possível comprovação. E tudo isso em um curto espaço de tempo. Isso, claro, restringindo-se apenas aos valores e procedimentos epistêmicos da objetividade. Há ainda, de se considerar, os procedimentos estéticos, éticos e políticos.

Para Cornu (1994), as críticas direcionadas à objetividade seriam para justificar a interpretação e a opinião em detrimento dos fatos.

No domínio do jornalismo, é surpreendente, e sobretudo paradoxal, verificar que as reticências em reconhecer a exigência de objetividade, e a não a reter como intenção, não passam em muitos casos de pretexto para interpretações que não dão grande importância aos factos – e que no entanto se reclamam de opiniões justas. Se, na verdade, é difícil fundar a objectividade de uma informação, pertence à simples técnica profissional, grau elementar da deontologia, controlar as fontes, não afastar nenhum elemento constitutivo do

acontecimento, só reter os factos materialmente incontestáveis. (CORNU, 1994, p. 340)

Das entrevistas realizadas para o Comitê dos Jornalistas Preocupados, dos teóricos e jornalistas norte-americanos Kovach e Rosenstiel (2003), uma delas, a concedida por Patty Calhoun, editora de um jornal norte-americano alternativo semanal, indicou que a jornalista não concebe a objetividade ontológica, mas que, intuitivamente, reconhece a objetividade epistêmica: “Não podemos ser objetivos porque entramos nos assuntos já com certas ideias preconcebidas. Mas podemos com toda certeza buscar a exatidão, a equidade e a verdade, e essa busca nunca termina.” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 61)

Entre todas as perguntas realizadas por Kovach e Rosenstiel a jornalistas, uma delas questionava os valores fundamentais da profissão. Cem por cento dos jornalistas entrevistados responderam “apurar bem os fatos”. Foi unanimidade também dizerem que a verdade é a missão primordial do jornalismo. Mas, no entanto, para os entrevistados, a verdade é também o primeiro e mais confuso princípio jornalístico.

Kovach e Rosenstiel não necessariamente têm interesse pela discussão filosófica da verdade para além da concepção prática. São jornalistas provenientes de uma cultura filosófica pragmática, ou seja, da verdade como utilidade, muito sedimentada nos Estados Unidos. Para os autores (2003, p.65), por sermos todos indivíduos subjetivos⁶, a verdade é muito complicada para ser procurada, ou talvez nem mesmo exista. Então o que interessa para eles é atingir a verdade denominada de funcional.

É isso que o jornalismo procura – uma forma prática e funcional da verdade. Não a verdade no sentido absoluto ou filosófico. Não a verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode – e deve – perseguir a verdade num sentido por meio do qual podemos funcionar no dia-a-dia. (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p.65),

Kovach e Rosenstiel, entre outros aspectos, substituem a discussão reflexiva da verdade pela da objetividade, o método para se constatar uma verdade ou falsidade. Mas como Calhou, a editora entrevistada por eles, intuitivamente também ensaiam e refletem sobre

⁶ Subjetivos ou não, uma verdade ontológica, da qual os autores parecem se referir, é inapreensível, imensurável e independente dos sujeitos.

objetividade e verdade epistêmicas. Consideram a forma racional e lógica de compreender a verdade, por isso limitada, mas também acumulativa. “Na verdade é muito mais produtivo, e mais realista, entender a verdade jornalística como um processo – ou uma caminhada contínua na direção do entendimento – que começa com as primeiras matérias e vai se construindo ao longo do tempo”. (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 70).

2 A VERDADE DAS PROPOSIÇÕES

Sobre a verdade, “ora é considerada absoluta, ora relativa, ora apenas um ideal a ser alcançado, ora um conceito dispensável – quando não se decreta sua inexistência”. (TAMBOSI, 2007, p.36)

A importância de refletirmos sobre a verdade está na similaridade do significado desse conceito com o de fato. Epistemicamente um fato é um enunciado comprovado como verdadeiro. A verdade igualmente. Também é um enunciado epistêmico comprovado como verdadeiro. Ambos se dão por correspondência dos enunciados com fatos epistêmicos inseridos em entidades ontológicas. De modo que, compreender a noção de verdade nos permite, nesse processo, também compreender a noção de fato.

Para Nilson Lage (2001, p.137), “[...] encontramos verdadeiro para expressar a correspondência entre um enunciado e fatos ou teorias sobre fatos. Ao admitirmos a verdade como atributo, [...] partimos da materialidade da coisa ou do enunciado para sua eventual condição de verdade.”

Para o filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744) (apud Coutinho, 2004), o conceito de fato está relacionado ao de verdade e, por isso, é obrigatoriamente uma analogia: “*verum ipsum factum*”, ou “a verdade é o fato” (correspondente ao fato). Para Austin (1961 apud SPONHOLZ, 2009, p.57), fato é “algo no mundo”, e “qualquer conexão entre ‘fato’ e ‘conhecimento’, e ainda mais entre ‘fato’ e ‘verdade’ (em particular o uso de ‘um fato’ como equivalente para ‘uma verdade’) é um derivativo e comparativamente uma conexão”.

Para Langer (1933) fatos são o mesmo que proposições. Eles se referem a certas entidades, como as proposições, com conexões entre sujeitos e predicados. Como exemplo: “José (sujeito) é aprendiz (predicado)”. As proposições são muito utilizadas em lógica. Mas para se referir a ela, tanto Searle (1995) quanto Martin (2009) utilizam o termo “enunciado” (em inglês, *statement*).

Uma proposição é uma expressão, uma frase afirmativa, ou negativa, que propõe algo sobre a realidade, sujeitos ou objetos, com sentido racional e lógico. É uma asserção, uma sentença, uma frase declarativa que exprime e emite em seu conteúdo algum juízo sobre alguma coisa. De forma que, toda proposição possui valor-verdade, tem uma pretensão de verdade, ou seja, pode ser verificada como verdadeira ou falsa.

Uma frase *declarativa*, como “A maçã é um pseudofruto pomáceo da macieira”, é uma proposição. Pode ser verificada como

verdadeira ou falsa. Mas nem todas as espécies de frases podem ser consideradas propositivas. Frases não propositivas compõem-se de *pedidos*: “Por favor, me dê uma maçã.”; *ordens*: “Pegue uma maçã.”; *desejos*: “Desejo comer maçã!”; *perguntas*: “Tem maçã?”; *exclamações*: “Gosto muito de maçã!”; *frases declarativas sem sentido*: “A maçã é a resposta para todas as perguntas.”; *simples menções a nomes que designem objetos*: “Maçã”.

Palavras ou frases não declarativas, e sem sentido, indispõem da possibilidade de verificação de verdade ou falsidade expressiva do enunciado. São enunciados que designam sujeitos ou objetos, mas não apresentam ou sugerem algo verificável sobre eles. Contudo, se forem respostas a uma pergunta tal como “O que ainda falta comprar?”, os contextos mudam. As expressões complementadas ganham sentido, e, se reformuladas, são equivalentes a uma proposição *declarativa*, talvez similar a essa: “Ainda falta comprar maçã”.

2.1 TEORIAS EPISTÊMICAS DA VERDADE

As teorias epistêmicas da verdade são definições de verdade para as proposições ou enunciados. Uma proposição, ou enunciado, corresponderá à entidade com coerência, lógica e sentido. No caso de uma proposição jornalística, além de corresponder coerentemente com o objeto, deverá incluir, entre outros aspectos, um valor de utilidade social. Esses princípios são refletidos pelas teorias tradicionais da verdade.

Epistemicamente as teorias tradicionais da verdade não necessariamente próximas, mas também tampouco excludentes ou antagônicas (TAMBOSI, 2007). Não há uma teoria geral e completa da verdade e, dependendo de cada filósofo, as teorias da verdade, mapas ou estruturas foram criadas e organizadas de diferentes formas.

Abbagnano (2007, p.1182-1186), distingue cinco conceitos fundamentais de verdade: 1º. A verdade como correspondência; 2º. A verdade como revelação; 3º. A verdade como conformidade a uma regra; 4º. A verdade como coerência; 5º. A verdade como utilidade (pragmática). Destas, as teorias correspondentista, coerentista e pragmatista são distinguidas e classificadas por ele como tradicionais da verdade. A Correspondência é a conformidade e adequação, a Coerência a não-contradição, e a Pragmática a utilidade.

Porém diferentes filósofos acrescentam outras teorias da verdade a estas classificadas como tradicionais e básicas. Abe (1991) acrescenta a teoria da Eliminação da Verdade (ou definibilidade da verdade);

Haack (2002) a teoria Semântica e da Redundância; Costa (2005) também a da Redundância; e o professor de filosofia Ghiraldelli Júnior (2001) acrescenta a teoria autoral de Verificação Ideal.

Já Kirkham (2003, p.39) analisa, organiza e distingue as teorias da verdade em três grandes projetos: 1) Metafísico – no que consiste a verdade; “o que significa para uma afirmação (ou crença ou proposição etc) ser verdadeira”; 2) Justificação – tentativa de identificação de algumas características existentes na maioria das afirmações verdadeiras, e inexistentes na maioria das afirmações falsas, para poder julgar a provável verdade ou falsidade de uma afirmação; 3) Atos-de-Fala – analisa o propósito “locucionário” (ou “ilocucionário”) das declarações pelas aparências gramaticais que parecem atribuir a propriedade de verdade a algumas afirmações (ou crenças etc).

As teorias consideradas tradicionais (ou básicas) da verdade se encaixam e se concentram no projeto Metafísico de Kirkham. Nele, o autor inclui ainda as teorias Semântica (ou Tarskiana), Instrumentalista (forma de pragmatismo difundida por J. Dewey) e Minimalista.

O projeto metafísico de Kirkham (2003, p.39) é dividido em três ramos: A) projeto extensional – “tenta identificar as condições necessárias e suficientes para uma afirmação ser um membro do conjunto de afirmações verdadeiras”; B) projeto naturalista – “tenta encontrar condições que, em **todo mundo naturalmente possível**, sejam individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para uma afirmação ser verdadeira em tal mundo”; C) projeto essencialista – “tenta encontrar condições que, em **qualquer mundo possível**, sejam individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para uma afirmação ser verdadeira em tal mundo”.

Destes três ramos, duas categorias amplas as representam: as teorias da verdade realistas e as não-realistas (KIRKHAM, 2003, p.109). A realista inclui a maioria das teorias da correspondência, incluindo a semântica. A não realista as coerentistas, pragmatistas e instrumentalistas.

Um estudo filosófico analítico profundo sobre as teorias da verdade, como o proposto por Kirkham (2003), contempla uma extensa pluralidade complementar de diferentes possibilidades e especificidades, que nos levam para muito além das teorias tradicionais e básicas da verdade. Mas essa não é a intenção desse trabalho. Em comparação com todas as possibilidades avançadas em filosofia analítica e em epistemologia, se efetuará uma incursão breve, um corte filosófico analítico mais básico e simplista, que, no entanto, se acredita ser de grande utilidade para a área jornalística, de natureza tanto prática quanto

teórica. Assim, serão tratadas apenas as teorias tradicionais ou básicas da verdade. São elas a Correspondência, Coerência e Pragmática.

2.1.1 Verdade como Correspondência

A teoria da correspondência é a mais intuitiva, porque justamente diz respeito a uma correlação empírica simples, lógica, e natural entre pensamento e linguagem com objetos. Se algo é dito sobre as coisas, e as coisas são como se diz, então se disse a verdade; uma adequação entre as coisas e o nosso entendimento delas (GOMES, 2009, p.13). Historicamente, já pressuposta por muitas das escolas pré-socráticas, o primeiro a explicitamente e formular a verdade como correspondência foi Platão: “Verdadeiro é o discurso que diz as coisas como são; falso é aquele que as diz como não são”. (ABBAGNANO, 2007, p. 1183).

Kirkham (2003, p.174) afirma que Aristóteles foi o primeiro a apresentar uma teoria da correspondência⁷: “dizer ou que o que é [para aquilo que] *não é*, ou que o que não é [para aquilo que] *é*, é uma falsidade; dizer que o que é [para aquilo que] *é*, ou que o que não é [para aquilo que] *não é*, é verdadeiro”. Aristóteles enunciava que a verdade está no pensamento ou na linguagem, não no ser ou na coisa. Porém, a medida da verdade seria o ser ou a coisa, não o pensamento ou discurso. Assim, uma coisa não seria branca porque se afirma como verdade que é, mas é branca porque é. De acordo com Gomes (2009, p. 12) a verdade aristotélica “não é uma propriedade das coisas, mas é uma característica de certos discursos”, aqueles com pretensão de falar da realidade.

Aprofundando esse conceito de verdade por correspondência, Kirkham (2003, p. 173) o distingue em dois tipos: correpondência como correlação e correspondência como congruência. A diferença entre ambas, segundo ele, é que na correlação as proposições (sentenças, estrutura das crenças etc.) estão correlacionadas com um estado de coisas. Mas tal correlação, “é resultado de convenções linguísticas, que são elas mesmas o resultado do desenvolvimento histórico da linguagem”. (2003, p. 173).

Já na correspondência por congruência, a correlação das proposições com o estado de coisas ocorre de modo isomórfico estrutural, ou seja, as partes se encaixam sem distinção de linguagem-objeto. Quando a proposição é verdadeira, ela se ajusta ao fato, um

⁷ Nesse caso, Kirham a considera como correspondência por correlação.

corresponde ao outro. Como exemplifica Kirkham (2003), essa correspondência se assemelharia às duas partes de um papel rasgado. Elas se ajustariam, do mesmo modo que proposição se ajusta ao fato. Um corresponde ao outro.

A classificação e diferença correspondentista proposta por Kirham, serve para evidenciar e trazer à tona alguns aspectos. A linguagem epistêmica é incapaz de se correlacionar ao fato bruto, ontológico. Tal isomorfologia estrutural não existe, porque, se for assim considerada, irá ignorar a distinção entre linguagem e objeto. Há assim, justificadamente, uma distinção entre eles, entre plano linguístico e não linguístico. Eles são planos heterogêneos.

Assim, para que linguagem (ou proposição) corresponda à entidade ontológica, e desse modo seja possível uma correlação, a proposição (ou possível posterior fato) deve ser considerado como epistêmico. A correspondência por congruência aparentemente ignora isso, porque sugere uma possível correspondência entre proposição e entidade ontológicas de forma isomórfica estrutural. No entanto, haverá correspondência – indistintamente por correlação quanto por congruência – se o fato for considerado enunciativo e epistêmico sobre uma entidade ontológica ou epistêmica, como se procede.

Para Haack (2002, p.127) e Tambosi (2007, p.37), a teoria da Correspondência entende que a verdade de uma declaração ou proposição consiste em sua relação e correspondência com o mundo, com os fatos ou estado das coisas (a relação é entre mente e mundo, linguagem e realidade). Resumindo, se o que se diz corresponde ao fato, é verdade. Do contrário, é mentira.

De acordo com Tambosi (2007, p.37), e sendo S uma sentença qualquer (ou afirmação, crença, proposição etc.), a formulação básica é: *“S é verdadeira se e somente se corresponde a um fato”*.

Para Abe (1991, p.161), esse conceito relaciona proposições, juízos ou sentenças a situações reais. Uma proposição, um juízo ou uma sentença, é verdadeira se, e somente se, reflete e corresponde à realidade, se o que ela afirma de fato é.

Mas para o professor de filosofia Ghiraldelli Júnior (2001), a teoria da correspondência está cheia de problemas. “A teoria da correspondência parece aos não-filósofos inabalável. [...] A teoria da correspondência pode caminhar tranqüila para várias pessoas, mas não para os filósofos, e não para os professores de filosofia que lêem os filósofos e/ou pensam um pouco sobre isso.” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001).

De acordo com Ghiraldelli Júnior, a teoria da correspondência trata-se de tautologia⁸. Compara planos heterogêneos: o linguístico – expressão, enunciado, frase – com o não linguístico – fato. Para o professor, a teoria “X é verdadeiro se X corresponde a um fato” só funciona com enunciados positivos.

Expondo os próprios exemplos defendidos por Ghiraldelli Júnior:

Por exemplo, se digo: "há um urso dentro desta sala em que estamos", então temos um fato. O fato é: há um urso dentro desta sala. Se aplicarmos a fórmula da teoria da correspondência temos: " 'há um urso dentro desta sala' se e somente se há um urso dentro desta sala ". O enunciado X 'há um urso dentro desta sala' corresponde ao fato há um urso dentro desta sala. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2001)

Nesse exemplo, se constata que Ghiraldelli Junior previamente já considera o enunciado “há um urso dentro desta sala em que estamos”, como fato. Desconsidera, primeiro, a real correspondência do enunciado com o suposto fato epistêmico (urso) da entidade ontológica do exemplo – “dentro desta sala em que estamos”. Somente desse modo, então, o enunciado poderia ser denominado também como um fato.

Contudo, prossigamos com o raciocínio de Ghiraldelli Júnior:

Mas vejamos se a teoria da correspondência funciona com fatos negativos, por exemplo. Eu digo: "não há um urso dentro desta sala". Nossa equação fica o seguinte: " 'não há um urso dentro desta sala' é verdadeiro se e somente se não há um urso dentro dessa sala ". Ora, aparentemente a coisa é a mesma, mas se olharmos mais de perto, não é. Pois, afinal, o fato há um urso dentro desta sala me informa diretamente algo, o que legitimaria a correspondência entre fato e enunciado. Mas não há um urso dentro desta sala me informa o que, afinal? Qual é o fato, nesse caso? Estou dizendo que há cadeiras na sala e não um urso? Estou dizendo que só há cadeiras na sala cheia de elefantes? Estou dizendo que há gente e não urso? Estou dizendo que tenho uma sala

⁸ Redundância, pleonismo; obviedade expressa desnecessariamente.

completamente sem móveis, sem gente e sem urso? Ou simplesmente estou dizendo que esta sala é uma Arca de Noé mas esqueceram do urso? Em outras palavras, quando tenho algo que seria um fato negativo, como dizer que X corresponde a um fato, como quer a teoria correspondentista? A que fato a expressão lingüística "não há um urso dentro desta sala" corresponde? Não sabemos. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2001)

Linguagem e realidade são mesmos planos heterogêneos, como afirma Ghiraldelli Júnior. Mas a correspondência epistêmica (e não ontológica) torna-se possível porque a possibilidade de descrição, reflexão e justificação para os fatos, caminha da ontologia (daquilo que existe) para a epistemologia (o modo como conhecemos). A teoria da correspondência é enunciativamente epistêmica, mas, no entanto, em correlação com entidades ontológicas. Um fato considerado ontológico não poderá ser descrito, mas um epistêmico sim. A epistemologia não considera o fato como absoluto, mas sim como racionalmente ele é compreendido. Tem-se em consideração o entendimento humano do fato, como ele é percebido objetivamente e subjetivamente.

Prosseguindo, para Ghiraldelli Júnior não há fato para corresponder ao enunciado, se enunciados negativos forem constatados como reais, como o do exemplo citado por ele, “não há um urso dentro desta sala”. Mas o fato epistêmico desse enunciado considerado é a “ausência do urso dentro da sala”. A ausência dele não é uma inexistência. Mas a noção de que o urso – nesse caso um possível fato epistêmico da entidade ontológica sala – se encontra em algum outro lugar. Isso também é um fato epistêmico. Tal espécie de fato epistêmico é dedutivo, racional e lógico. Refere-se a fatos epistêmicos (ou entidade ontológica, de acordo com a perspectiva) existentes ou ausentes das entidades.

A questão discutida e levantada por Ghiraldelli Júnior é a proposição “não há um urso dentro desta sala”. Dizer que a verificabilidade da veracidade desse enunciado negativo não corresponde a nada, é errôneo. A verificabilidade da **veracidade** desse enunciado negativo corresponde à constatação de que não há um urso dentro desta sala. Essa constatação então é um fato. Do mesmo modo que a verificabilidade da **falsidade** desse enunciado negativo corresponde à constatação de que há sim um urso dentro desta sala. O enunciado então é falso, e não se tratará de um fato. Não precisamos

“olhar mais de perto”, como defende Ghiraldelli Júnior. “A coisa é a mesma” à constatação da verificabilidade da veracidade/falsidade de um enunciado considerado positivo, no caso “há um urso dentro desta sala”.

Ao verificarmos que “não há um urso dentro desta sala”, podem surgir reflexões do tipo, “qual a razão de não haver um urso dentro desta sala?”, “deveria haver um urso dentro desta sala?”, “o que há dentro desta sala?”, ou “qual a razão deste enunciado?”. Mas isso não está sendo avaliado. São outras questões, para além da proposição. Do mesmo modo que a verificação de que “há um urso dentro desta sala” pode nos levar a refletir sobre a razão de haver um urso dentro desta sala: “deveria haver um urso dentro desta sala?”, “junto com o quê há um urso dentro desta sala?”, ou “por que isso foi enunciado?”.

Por isso é errôneo argumentar, como faz Ghiraldelli Júnior, de que se não há um urso dentro desta sala, o que haverá então? Tais questões, possíveis e provenientes de um enunciado positivo ou negativo, são outras, para além da proposição. Elas não tratam especificamente da proposição (negativa ou positiva) enunciada e proposta para ser avaliada.

Por fim, Ghiraldelli Júnior (2001) define fato:

Afinal, o que é um fato? Quando definimos fato, dizemos: fato é o que realmente acontece, ou, fato é o que é verdadeiro, ou o que corresponde à verdade etc. Então, é fácil ver, que estamos caindo em um círculo: para definirmos a verdade como correspondência a fatos temos de omitir que acabamos de definir fato utilizando da ideia de verdade como correspondência a fato. Como não podemos esquecer isso, não podemos omitir isso, somos então, facilmente, conduzidos a ver que estamos em um círculo. Um círculo, em teoria, não nos leva a nada.

Ghiraldelli Júnior afirma que para definirmos a verdade como correspondência a fatos, temos de omitir que definimos fato como correspondência a verdade. Isso seria um círculo. Mas não há porque omitirmos que os conceitos de fato e verdade são semelhantes e análogos. Epistemicamente realmente são, e tratam-se sim de um círculo conceitual.

Epistemicamente verdade é a correspondência de um enunciado a um fato. Epistemicamente fato é também a correspondência de um enunciado a outro fato. Ao contrário do que defende Ghiraldelli Júnior,

esse círculo teórico nos leva a constatação de que epistemicamente verdade e fato tratam-se do mesmo conceito, são análogos.

Cabe ainda uma última reflexão. Uma possível argumentação de que se na teoria da correspondência não houver correspondência do enunciado com o fato, a teoria não funciona. Se houver a constatação da não correspondência, ela só foi possível de ser realizada e verificada pela teoria da correspondência. A não correspondência trata-se de um processo que pertence à correspondência.

2.1.2 Verdade como Coerência

Conforme Abbagnano (2007, p.1185), foi o filósofo Bradley quem difundiu na segunda metade do século 19, no movimento idealista inglês, a noção de verdade como coerência:

[...] o princípio de aquilo que é contraditório, não pode ser real. [...] a verdade ou realidade é coerência perfeita. [...] os graus de verdade que o pensamento humano alcança podem ser julgados e classificados segundo o grau de coerência que possuam, embora essa coerência seja sempre aproximativa e imperfeita. (ABBAGNANO, 2007, p.1185).

Segundo Haack (2002, p.127), “as teorias da coerência entendem que a verdade consiste em relações de coerência em um conjunto de crenças”. Desse modo, se o que dissermos for coerente, é verdade. Conforme exposto pela autora, além do idealista Bradley (1914), a teoria da coerência também foi proposta por oponentes positivistas do idealismo, como Neurath (1932), Rescher (1973) e Dauer (1974).

A teoria da Coerência (ou não-contradição) consiste em relações de coerência em um conjunto de enunciados ou crenças (relações submetidas, portanto, ao plano da lógica). Para Abe (1991, p.162), não se considera nessa teoria a verdade como uma relação entre linguagem ou pensamento e realidade. Compara-se enunciados com enunciados, e não palavra e mundo, proposição e realidade, como na teoria correspondentista. Ela concebe então a verdade como sendo uma propriedade eminentemente linguística, de caráter sintático.

Desse modo, sendo S uma sentença qualquer (ou afirmação, crença, proposição etc.), a formulação básica é: “**S** é verdadeira se e

somente se é coerente com um sistema de proposições ou crenças.” (TAMBOSI, 2007, p.38).

A principal crítica a essa teoria, segundo Tambosi (2007), é que ao assumir a coerência como único critério de verdade, fábulas e ficções, por exemplo, que não contenham contradições e possuam proposições reciprocamente compatíveis, podem ser consideradas verdadeiras.

Kirkham (2003, p.110) define a teoria coerentista como não realista. Os fatos postos em questão não existirão, serão dependentes da mente, sem relação com o real, ou o mundo. O suposto fato será uma entidade mental, uma ideia ou pensamento na mente de alguém. A existência e natureza desse suposto fato estarão ausentes, dependerão de alguém para supostamente existir.

Contudo, Kirkham (2003) distingue a coerência como justificação e como teoria. Ou seja, como critério de verdade, ou natureza e definição da verdade. “Pode-se rejeitar a coerência como a definição da verdade e aceitá-la como o critério dela” (BLANSHARD, 1941 apud KIRKHAM, 2003, p.153). Desse modo, a teoria coerentista seria de justificação e não de verdade.

Porém, Blanshard (1941 apud KIRKHAM, 2003, p.153) a defende tanto como definição de verdade quanto critério dela. Isso porque ele acredita que se a realidade for algo completamente externo às mentes humanas, nenhuma teoria de justificação alguma vez funcionaria.

2.1.3 Verdade como Utilidade

De acordo com Abbagnano (2007), o primeiro a formular a definição da verdade como utilidade foi Nietzsche. Sua preocupação era a utilidade da verdade como um bem para a humanidade: “Verdadeiro em geral significa apenas o que é apropriado à conservação da humanidade. O que me faz perecer quando lhe dou fé não é verdadeiro para mim: é uma relação arbitrária e ilegítima do meu ser com as coisas externas”⁹ (ABBAGNANO, 2007, p.1186)

⁹ Relevante essa reflexão de pragmatismo como uma ideia de conservação da humanidade. Se associarmos ela com a importância e interesse sociais jornalísticos, nesse sentido, a verdade jornalística (ou fato jornalístico) é também pragmática. Contudo, se o pragmatismo for convertido e distorcido por ideologias ditatoriais, pode se tornar extremamente nocivo à própria ideia de conservação da vida. Exemplo disso é a seleção de classe defendida pelo Nobel de Literatura George Bernard Shaw (1856-1950), dramaturgo, romancista, contista, ensaísta e jornalista irlandês: “Todos devem conhecer ao menos meia dúzia de pessoas, que

Dentro dessa concepção humanista, Schiller conceitua que:

Uma proposição, qualquer que seja o campo a que pertença, só é verdadeira pela sua efetiva utilidade, ou seja, por ser útil para estender o conhecimento ou para, por meio deste, estender o domínio do homem sobre a natureza, ou então por ser útil para a solidariedade e a ordem do mundo humano. (ABBAGNANO, 2007, p.1186)

De acordo com Tambosi (2007, p.38), sendo *S* uma sentença qualquer (ou afirmação, crença, proposição etc.), a formulação básica é: *“S é verdadeira se é útil aos nossos fins ou obtém sucesso”*.

A teoria pragmatista [...] define a verdade em termos de utilidade, isto é, em termos daquilo que é desejável ou tem conseqüências úteis para aquele que crê na proposição tida como verdadeira. [...] a teoria pragmática situa a verdade em uma teoria da ação, assumindo que a crença verdadeira contribuirá para a utilidade e o êxito das ações. Dito de outra maneira, as crenças verdadeiras funcionam. (TAMBOSI, 2007, p. 38)

Haack (2002) afirma que as teorias pragmáticas combinam elementos de coerência e correspondência. A máxima desta teoria é: “[...] o significado de um conceito deve ser dado pela referência às conseqüências ‘práticas’ ou ‘experimentais’ de sua aplicação [...] Assim, a abordagem dos pragmatistas à verdade era a de perguntar que diferença faz se uma crença é verdadeira” (HAACK, 2002, p.140).

Para Abe (1991, p.164), a concepção pragmática da verdade se deve basicamente a Charles Sanders Peirce, criador do pragmatismo. Afirma Peirce: “considere que efeitos práticos concebemos que o objeto de nossa concepção tem. Então, nossa concepção desses efeitos constitui o conteúdo total de nossa concepção desse objeto”. (PEIRCE apud ABE, 1991, p.163)

não tem utilidade nesse mundo, que são mais um problema do que aquilo que valem. Apenas coloque-os lá e diga: ‘Sr. ou Sra., você será gentil o suficiente para justificar sua existência. Se não pode justificar sua existência, se não está produzindo tanto quanto consome, ou de preferência mais, então não podemos usar a grande organização da sociedade para mantê-lo vivo, porque sua vida não nos beneficia nem pode ser muito útil a você mesmo.’” (SNORE, 2008).

De acordo com Haack (2002), são três os autores intimamente associados à teoria pragmática, Peirce, James e Dewey. Haack resume as principais teses pragmáticas destes autores com as respostas deles à verdade. Para Peirce é “o fim da investigação”, “correspondência com a realidade”, e “crença (estável) satisfatória”. James abrange essas teses de Peirce e acrescenta “a coerência com a experiência – verificabilidade”. Por fim, Dewey abrange as teses de ambos e acrescenta “o que autoriza a crença a ser denominada ‘conhecimento’”. (HAACK, 2002, p.142).

2.1.4 Associações entre as Teorias Tradicionais da Verdade

Um aspecto relevante discutido por Haack (2002, p.130), é identificado quando a autora expõe as possíveis contraposições entre as teorias correspondentistas e coerentistas, sobretudo defendidas por Blanshard, mas também, ao mesmo tempo, lhes denota a proximidade. Nesse caso, surgem questões, como as de se realmente as teorias da coerência e correspondência precisam ser encaradas como rivais – obrigando-se a escolher entre uma delas – ou se elas suplementam-se mutuamente – a correspondência fornecendo a definição e a coerência o critério. Referindo-se às teorias pragmáticas, Haack (2002, p.140) explana que elas combinam elementos de coerência e correspondência.

As três teorias tradicionais da verdade, correspondência, coerência e pragmática, em conjunto, epistemicamente podem nos aproximar rigorosamente ainda mais de uma possível definição de verdade epistêmica dos fatos. Abbagnano (2007, p. 1186) exemplifica essa possível associação e combinação, com uma concepção inflacionista Tarskiana da verdade, proveniente da teoria semântica, e inspirada na teoria da correspondência:

No esquema tarskiano, ou condição de adequação tarskiana, “p’ é verdadeiro se e somente se p”, ou seja, “‘A neve é branca’ é verdadeiro se e somente se a neve é branca”. Entre as possibilidades, há uma concepção correspondentista se “a propriedade adicional consistir na correspondência entre certa pretensão cognitiva [a cor da neve como percebemos] e a realidade ou os fatos tais como são em si mesmos”; há uma concepção coerentista, “se a propriedade adicional procurada consistir na coerência entre a pretensão cognitiva considerada e um conjunto de crenças já aceitas como verdadeiras”; e por fim haverá uma concepção pragmatista, “se tal propriedade adicional disser respeito à utilidade ou ao sucesso das nossas convicções”. (2007, p.1186)

2.1.5 Teoria Correspondentista da Verdade e o Jornalismo

A teoria da verdade como Correspondência (ou conformidade, ou adequação) estabelece que uma declaração ou proposição é verdadeira quando corresponde aos fatos.

A verdade é uma questão de correspondência com os fatos. Se uma afirmação é verdadeira, deve haver algum fato devido ao qual ela é verdadeira. [...] Nossas afirmações são, em geral, verdadeiras ou falsas dependendo de corresponderem ao modo como as coisas são, ou seja, aos fatos do mundo (SEARLE, 2000, p.14-19).

Para Tambosi (2007), a teoria correspondentista é a que mais se aproxima e se aplica ao jornalismo. Consiste em corresponder proposições, ou enunciados, com fatos ou estados de coisas. Ao descrevermos como são as coisas no mundo, tais afirmações, jornalísticas ou não, serão verdadeiras ou falsas em função de as coisas serem realmente como dizem que são.

De acordo com Milman (2009), “o jornalista possui uma teoria aplicada da verdade: a teoria da Correspondência”. Milman desconhece outra teoria da verdade com maior êxito, em termos epistemológicos e em qualquer área do conhecimento, do que a teoria da Correspondência. Ele acredita que outros profissionais deveriam se aplicar dela também:

Os jornalistas não estão sós com sua teoria aplicada. Ao lado deles estão ou deveriam estar historiadores, sociólogos, economistas. Sei que nessa área chamada humanista e/ou social aplicada [...] distinções apropriadas ao assunto, em termos epistemológicos e metodológicos, não são precisas. Matemáticos, físicos, médicos e astrônomos são muito menos infensos a especulações por terem mais clareza sobre o que é, para eles, o *bem* que perseguem (MILMAN, 2009).

Tambosi (2003) refuta a proposição de Kovach e Rosenstiel (2003) de que a coerência é o “teste derradeiro da verdade jornalística”. Para ele, o jornalismo – ainda que deva fugir das incoerências – não pode se resumir somente à coerência das declarações das fontes. Sua

obrigação é verificar se as declarações correspondem aos fatos, ou seja, tendo em mente a teoria da Correspondência.

Mas o ato de correspondência de um enunciado epistêmico com uma entidade ontológica considerada não necessariamente comprova a verdade do enunciado, ou o confirma como fato. Primeiro porque o jornalista pode se enganar, acreditando que emite enunciados que correspondam, quando na realidade não. E os motivos podem ser vários, desde uma captação da realidade deturpada pelos sentidos, até mesmo à aceitação como premissa de uma informação testemunhal não confirmada e falsa.

Como cita Gomes (2009, p.10):

“[...] sentenças podem ser verdadeiras ou falsas, em virtude a sua capacidade objetiva de expressar o que as coisas são, enquanto pessoas e argumentos podem ser ou não verazes, em virtude de formularem as suas expressões e os seus argumentos com ou sem sincera pretensão de que sejam verdadeiros.

No entanto, a correspondência permite a existência da objetividade epistêmica, que, desse modo, possibilita confirmar a real confirmação da correlação da verdade ou falsidade epistêmica de um enunciado ou proposição com uma entidade ontológica considerada. Ela possibilita a aplicabilidade da objetividade, e a possibilidade de constatação da verdade ou falsidade de uma proposição ou enunciado.

2.2 ESPÉCIES E CRITÉRIOS DE VERDADE

Mas como comprovar a verdade epistêmica de uma proposição, ou enunciado, definido como correspondente, coerente e pragmático com uma entidade, para então considerá-lo como um fato? Toda proposição deve ser evidenciada, fundamentada, demonstrada para ser considerada como verdadeira. E isso ocorre também quando elas são postas em dúvida. São os critérios de verdade que justificam as definições provenientes das teorias da verdade.

Bazarian (1985) sugere a existência de duas espécies de verdade. A primeira é a de **fatos e fenômenos científicos**, e a segunda de **fatos e fenômenos humanos**. A verdade de fatos e fenômenos científicos abrange as verdades *material, objetiva ou real* (factual); *formal ou lógica* (racional); e *axiomática ou convencional* (unidades de medidas,

por exemplo). A verdade de fatos e fenômenos humanos abrange a verdade *axiológica* (regras e normas sociais relativas e subjetivas, como valores éticos, jurídicos, estéticos, religiosos etc.); *moral* (correspondência entre pensamento e crença do sujeito); *pragmática* (utilidade individual ou social); *político-estatal* (ideologia); *dogmática ou religiosa* (crenças não comprovadas e incoerentes); e *ficícias, irreais, ilusórias e de justificações*.

Bazarian (1985) também sugere sete critérios de confirmação da verdade de uma proposição: *autoridade* (testemunho), *evidência* (fato), *ausência de contradição* (coerência), *utilidade* (pragmática), *prova* (correspondência), *prática e teoria*.

Contudo, serão omitidos os critérios de *prática* e de *teoria*. Isso porque, *teoria* por si só não é um critério de verdade. E Bazarian também não defende isso. Ele apenas a evidencia para justificar a necessidade de ação, de *práxis*, de comprovação ideológica da teoria marxista¹⁰. Assim, ele a aproxima de um critério de verdade. Essa comprovação seria a experimentação da teoria, a *prática* dela, a confirmação de que ela funciona. Mas ambos já estão presentes no critério de *prova*. Assim, *prática* e *teoria* serão suprimidas, porque na realidade são modalidades de provas, intrínsecas ao critério de *prova*. E Bazarian também defende isso.

Dos critérios de verdade, Bazarian (1984, p.151-152), sobretudo, evidencia um deles. “O critério supremo, real e objetivo, da verdade é a prova. De todos os critérios, o mais eficiente e cientificamente válido é o critério da prova”. Assim, ele expõe duas modalidades. De **verificação por meio de provas diretas, práticas e materiais** – “experiências laboratoriais, apresentação de fatos, testemunhas, documentos, objetos e fenômenos e acontecimentos individuais, obras de literatura e arte etc.”; e de **demonstração por meio de provas indiretas, teóricas, e lógicas** – resumidamente, um complemento à verificação, com procedimentos racionais e lógicos que contribuem para evidenciar e interpretar as

¹⁰ Nesse quesito, nos suprimiremos da ideologia, e consequente doutrina, justificados pelas próprias concepções de espécies de verdade indicadas por Bazarian (1985, p.135-138). A ideologia e doutrina podem ser classificadas como verdades axiológicas. Moral, porque apesar de serem veracidades “ditadas por determinadas condições objetivas da existência social”, são opiniões teorizadas não compartilhadas por todos como verdades objetivas e realizáveis. Pragmática, porque valorizam apenas o que é útil aos interesses. Político-estatal, porque é ideologia. Dogmática, porque na prática não há necessidade de coerência ou correspondência com a realidade. Por fim, de justificações, porque “não são verdades propriamente ditas”. São veracidades e opiniões teorizadas, e ainda, sem garantia de verdade objetiva.

provas diretas, práticas e materiais: métodos dedutivos, estatísticas, probabilidades.

2.2.1 Análise Comprobatória das Proposições/Enunciados de Reportagem Jornalística com Auxílio das Espécies e Critérios de Verdade

De acordo com Bazarian (1985), teoricamente, há duas espécies de verdade: as de fatos e fenômenos científicos (verdades *objetiva, lógica e convencional*) e as de fatos e fenômenos humanos (verdades *axiológicas, moral, pragmática, político estatal, dogmática e de justificações*). Dessas duas espécies de fatos e fenômenos, são possíveis elaborações de proposições. Das proposições, por sua vez, são possíveis avaliações da verdade ou falsidade desses enunciados com critérios de verificação: *autoridade, evidência, ausência de contradição, utilidade e prova*. Destacando o critério da *prova* como forma efetiva de comprovação, bem como as respectivas duas modalidades (*provas diretas, práticas e materiais & provas indiretas, teóricas e lógicas*), todos os outros critérios tornam-se um complemento a essa demonstração.

Propomos um exercício de verificação e identificação das principais proposições/enunciados de uma matéria jornalística. O intuito é analisar, entre outros aspectos pertinentes à comprovação, as espécies de verdade e as possibilidades de confirmações dos enunciados pelos critérios de verdade, tais como elencados por Bazarian (1985). A reportagem utilizada é a dos jornalistas Felipe Werneck e Clarissa Thomé, do Jornal O Estado de S. Paulo:

MANIFESTANTE É FERIDO POR ARMA DE FOGO EM PROTESTO, CONFIRMA CLÍNICA

Imagens mostram homens disparando em direção a grupo que participava do protesto no Rio nesta terça-feira, 15

A Clínica São Vicente, em Botafogo, confirmou que recebeu um paciente ferido por arma de fogo. De acordo com a vítima, que foi operada, ela participava da manifestação dos professores no centro do Rio nesta terça-feira, 15. O nome e idade do paciente não foram divulgados porque a clínica não tem autorização da família. É a

primeira vez, desde a primeira manifestação no Rio, em 6 de junho, que um manifestante é ferido por disparo de arma de fogo.

Imagens da 'Rede Globo' mostram dois homens fazendo disparos com pistolas na direção dos manifestantes. Eles ainda não foram identificados. Pelo menos 13 cápsulas de armas de fogo foram recolhidas em ruas do centro do Rio após os confrontos entre policiais e manifestantes na noite desta terça-feira, 15, afirmou o advogado Ramon Teixeira, integrante do grupo Habeas Corpus, que tem o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O principal local em que armas de fogo foram disparadas contra manifestantes foi a rua México, nos fundos do Museu Nacional de Belas Artes, cuja fachada tinha supostas marcas de tiros. A reportagem do Estado não estava no local, mas advogados voluntários, socorristas voluntários e jornalistas afirmaram ter ouvido pelo menos seis disparos na Rua México, por volta das 23 horas desta terça.

Teixeira mostrou cinco cápsulas que levava na mão. "Parece que o padrão foi de tiros para o alto, mas temos informações de que houve disparos na direção de manifestantes. Temos informação ainda não confirmada de pelo menos um baleado, na Glória", afirmou Teixeira, por volta de meia-noite.

De acordo com a polícia, 182 manifestantes foram detidos depois das manifestações.

(THOMÉ, Clarissa; WERNECK, Felipe. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 16 out. 2013)

As fontes dos enunciados dessa reportagem, e, portanto, dos supostos fatos, são a Clínica Médica São Vicente, a equipe de jornalismo da Rede Globo de Televisão, o advogado Ramon Teixeira (integrante do grupo Habeas Corpus), advogados e socorristas voluntários, outros jornalistas não identificados na matéria e a Polícia Militar.

A informação enunciativa proveniente da Clínica Médica São Vicente foi a confirmação de ter recebido e operado um paciente participante da manifestação dos professores no centro do Rio de

Janeiro, no dia 15 de outubro, ferido por arma de fogo. O critério para que o enunciado da Clínica Médica São Vicente fosse considerado como um fato – portanto verdade para os jornalistas – foi o critério de *autoridade* como valor de testemunho.

O suposto fato enunciativo extraído da equipe de jornalismo da Rede Globo de Televisão foram imagens que mostraram dois homens, não identificados até o momento da elaboração da reportagem, fazendo disparos com pistolas na direção dos manifestantes. Os critérios para que esse material, fornecido pela equipe de jornalismo da Rede Globo, fosse considerado como fato pelos jornalistas, foram os da *evidência*.

Os enunciados e supostos fatos informados pelo advogado Ramon Teixeira, integrante do grupo Habeas Corpus, foram:

- 1) a informação de que pelo menos 13 cápsulas de armas de fogo foram recolhidas em ruas do centro do Rio após os confrontos entre policiais e manifestantes. Contudo, cinco cápsulas foram apresentadas;
- 2) E a posse de informações de que houve disparos para o alto e na direção de manifestantes, com pelo menos um baleado;

Os critérios para que esses enunciados do advogado fossem considerados como supostos fatos pelos jornalistas foram os critérios de *autoridade* como testemunho e *evidência* (supostas cápsulas utilizadas no confronto).

Os enunciados e supostos fatos informados por advogados e socorristas voluntários e jornalistas, todos não identificados na reportagem, foram afirmações de que ouviram pelo menos seis disparos na Rua México, por volta das 23 horas de terça-feira, 15 de outubro. O critério para os enunciados dos voluntários e jornalistas serem consideradas como fato foi o *critério de prova* pela modalidade de *verificação direta, prática e material* (testemunhas, objetos/fenômenos e acontecimentos individuais).

Por fim, a própria reportagem do Estado de S. Paulo informa um provável fato, a primeira ocorrência entre todas as manifestações no Rio de Janeiro, desde 6 de junho de 2013, de um manifestante ferido por disparo de arma de fogo. Os critérios para essa constatação foram todos – *autoridade, evidência, ausência de contradição, utilidade e prova*, por ambas as modalidades, *verificação direta, prática e material* (testemunhas, objetos/fenômenos e acontecimentos individuais) e *verificação indireta, teórica e lógica* (dedução). Foram procedimentos racionais e lógicos que, por dedução, evidenciaram e interpretaram os enunciados das autoridades, as evidências, as ausências de contradições, a utilidade, bem como as provas diretas e indiretas disponíveis. Assim,

concluiu-se que o suposto manifestante ferido por arma de fogo foi o primeiro deles.

Dessa aplicabilidade das espécies e dos critérios de verdade, extraem-se algumas conclusões. Das fontes dos enunciados/proposições – a Clínica Médica São Vicente, a equipe de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, o advogado Ramon Teixeira e os advogados, socorristas voluntários e jornalistas não identificados na reportagem – utilizou-se, respectivamente, os seguintes critérios de verdade: *autoridade, evidência, autoridade/evidência e prova*.

No entanto, as evidências não foram suficientemente esgotadas. Por exemplo, nas imagens captadas pela equipe de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, não foram identificados os atiradores. Ainda, também, as cápsulas das armas de fogo foram supostamente recolhidas e utilizadas na manifestação. Isso, porque não houve nenhuma perícia sobre elas naquele momento, comprovando qualquer indício. Há, contudo, provas testemunhais dos disparos e uma prova dedutiva, considerando os dados das fontes oficiais que confirmaram o primeiro ferido por arma de fogo nas manifestações de rua no Brasil naquele instante.

Mas, mesmo que alguns dados fornecidos pela matéria estejam incompletos, eles cumpriram sua função no momento. Foram repassados para a sociedade, aparentemente da melhor forma possível e disponível. No entanto, evidencia-se outra questão na reportagem analisada, quiçá na prática jornalística. Os jornalistas, responsáveis pela matéria, não foram eles mesmos testemunhas oculares dos supostos fatos reportados. Isso se torna evidente na descrição “A reportagem do Estado não estava no local, mas [...]”.

Na maioria das notícias e reportagens divulgadas, realmente os jornalistas não são testemunhas oculares. É habilmente impossível. A não ser que reportem um fato ao vivo e no momento em que ocorre. Katz (1979) define essa transmissão ao vivo dos fatos, por radiodifusão ou registros de câmeras e microfones, como uma das três características definidoras dos acontecimentos mediáticos. A segunda, é quando eles são iniciados pelos próprios *media*. São organizados para serem apresentados por empresas, governo, entidades esportivas etc. Nesses casos, não são espontâneos, nem inesperados.

Para Duarte Rodrigues (1988), o discurso jornalístico é fonte de acontecimentos notáveis e também o dispositivo de notabilidade. Por isso, é também um acontecimento notável, um “meta-acontecimento”, uma espécie de acontecimento segundo. Isso ocorre quando, pelo

discurso jornalístico, o fato é identificado, destacado e ocorrido diante das câmeras, dos repórteres: um choro, uma explosão, um acidente.

Mas, mesmo se ambos os repórteres do Estado de S. Paulo fossem testemunhas oculares dos acontecimentos, dependendo do grau de noticiabilidade dos fatos, provavelmente eles próprios também seriam entrevistados por outros repórteres, ou se posicionariam de um modo a falarem de si mesmos na 3ª pessoa, como por exemplo, “a equipe de reportagem do Jornal O Estado de S. Paulo presenciou o momento exato em que...”. Somente então os repórteres descreveriam testemunhalmente o que viram.

Contudo, se os repórteres não presenciaram o ocorrido, como saber se os relatos deles são verdadeiros, ou mesmo, se são realmente correspondentes aos (supostos) fatos? Critérios de verdade de *ausência de contradição* e *utilidade* já são – ou pelo menos deveriam ser – prerrogativas de todos os enunciados relacionados a fatos jornalísticos, ou supostos fatos jornalísticos, utilizados nas matérias. Então, se não obtemos tais proposições por nós mesmos, e sim pelos jornalistas, existe aí, talvez, uma crença social de que os enunciados jornalísticos são realmente úteis e ausentes de contradições. Se isso realmente ocorre, tal crença estaria associada à segunda espécie de verdade identificada por Bazarian (1985), a de *fatos e fenômenos humanos*. Isso porque ela é axiológica (regras e normas sociais relativas e subjetivas, como valores éticos, jurídicos, estéticos, religiosos etc.); *moral* (correspondência entre pensamento e crença do sujeito); e pragmática (utilidade individual ou social).

No caso do jornalismo, o compromisso que a pragmática da linguagem implica se torna uma deontologia relacionada à atividade, que define a atividade própria do jornalismo, a saber, a atividade de fabricar e distribuir notícias. A norma da veracidade que obriga qualquer um que faça discursos sobre a realidade e que, ademais, pretende que se considere tais discursos como dizendo o que a realidade efetivamente é, significa para o jornalismo uma obrigação suplementar. O jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar de todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro. (GOMES, 2009 p.11).

Cornu (1998, p.64-65), ao discorrer sobre a credibilidade jornalística, analisa sob as perspectivas e expectativas do público relacionadas à veracidade das notícias, honestidade no tratamento delas, e exatidão de conteúdo, bem como pelo viés da transparência midiática em tornar públicas as críticas que lhe são dirigidas. Para o autor, a informação deve ser exata e tratada adequadamente. Do contrário, deixa de ser informação. E no jornalismo, o que não é informação narrativa e de utilidade prática, é análise interpretativa ou opinião argumentativa.

Uma boa informação apresenta o reflexo do essencial dos fatos ocorridos no dia. Ela é plural e deve visar a objetividade, em particular pela apresentação de todos os seus elementos constitutivos e a ausência de manipulações. Sua elaboração assenta-se em procedimentos de verificação dos fatos e de controle das fontes. Ela passa pela correção de erros. (CORNU, 1998, p. 65)

De acordo com Cornu (1998, p.43-65), existem expectativas por parte do público. Elas envolvem aspectos fundamentais da deontologia jornalística, como, por exemplo, o direito do público de conhecer os fatos e opiniões, o reconhecimento dos direitos e da liberdade alheia, o direito de publicar e criticar, responsabilidades sociais do jornalista, imparcialidade etc. Mas as críticas do público se referem, para além de possíveis descumprimentos destes aspectos deontológicos, a características mais evidentes: a não distinção efetiva do jornalismo entre fatos e opiniões, não adequação entre títulos e chamadas com o conteúdo e matéria, e a não distinção entre jornalismo e publicidade.

Para Barros Filho (2013), as grandes manifestações populares ocorridas no Brasil direcionadas ao sistema político, evidenciaram também a hostilidade à mídia e aos meios de comunicação brasileiros. Três aspectos são apontados para essa evidente baixa confiança na ética jornalística, e que reforçam a posição de Cornu: a opinião dada nas reportagens, a seleção dos temas noticiados e a percepção de que as críticas direcionadas não são comentadas na mídia dominante.

Com o surgimento de outras ferramentas de comunicação, como os blogs e as redes sociais (em especial o Facebook), o livre tráfego de informação entre os cidadãos fez com que eles percebessem que a mídia não é tão ética e

democrática quanto aparenta ser. [...] Notícias são comparadas, fatos relevantes são divulgados e comentados mesmo quando a mídia tradicional ignora [...] (BARROS FILHO, 2013)

Para Cornu (1998), a verdade é o valor fundamental da informação, a primeira das obrigações morais de um jornalista.

A exigência da verdade se impõe não somente ao jornalista como observador, que relaciona os fatos propriamente ditos, mas também ao jornalista como intérprete e ao jornalista como narrador. A estes três níveis correspondem as exigências metodológicas respectivas da objetividade, imparcialidade e autenticidade, que são constitutivas de uma informação verídica. (CORNU, 1998, p.64)

Bazarian (1985, p.131) afirma que “só o conhecimento verdadeiro pode servir às necessidades práticas e existenciais dos seres humanos. Quanto mais verdades sabemos, mais livres somos [...] mais aptos estamos para vencer na luta pela sobrevivência”.

[...] o conhecimento é o reflexo e a reprodução do objeto em nossa mente; [...] o conhecimento verdadeiro é aquele que reflete corretamente a realidade na mente; a verdade é a correspondência, a concordância, a conformidade, a adequação, do pensamento com o ser, do sujeito com o objeto, do juízo como o objeto real, da ideia com a coisa, ou em termos escolásticos: **Adaequatio intellectus cum re.**(BAZARIAN, 1985, p.131)

Argumenta Tambosi (2007, p. 36), que não há conhecimento sem verdade. Todo conhecimento é verdadeiro ou não é conhecimento. Basicamente, o conhecimento é proposicional, ou seja, “o conhecimento é crença verdadeira e justificada”¹¹ (TAMBOSI, 2005). No entanto,

¹¹ A fórmula da Crença, Verdadeira e Justificada (CVJ), não é ontológica, absoluta, inquestionável. Ela é também epistêmica. Isso foi provado em 1963 pelo filósofo Edmund Gettier. A teoria CVJ afirma que todos os casos de crença verdadeira e justificada são casos de conhecimento. Mas Gettier demonstrou que, podemos ter crenças verdadeiras e justificadas, no entanto não obtermos o conhecimento por mérito. Seria por acaso, por coincidência, por sorte.

como expõe Tambosi (2007., p.32), “o conhecimento depende da informação, mas nem toda informação é conhecimento”. O conhecimento é verdadeiro. A informação ainda não, porque não foi comprovada, justificada.

A declaração do advogado Ramon Teixeira, extraída da reportagem, evidencia isso: "Parece que o padrão foi de tiros para o alto, mas temos informações de que houve disparos na direção de manifestantes. Temos informação ainda não confirmada de pelo menos um baleado, na Glória", afirmou Teixeira.

O advogado diz que **parece** que o padrão foi de tiros para o alto. Não tem certeza, não confirmou, não comprovou. Supõe. Essa é uma informação, não um conhecimento. Assim como quando diz que tem informações de disparos na direção dos manifestantes e “Temos informação **ainda não confirmada** de pelo menos um baleado.”

Aspas evidenciam afirmações não comprovadas da autoridade. Se estiverem corretas, foram publicadas e relataram os fatos. Do contrário, foram igualmente publicadas, mas ditas por um entrevistado, não pelos jornalistas. A credibilidade dos jornalistas se mantém. Se os fatos não ocorreram, não foram os jornalistas que erraram (ou se enganaram, mentiram ou qualquer outro critério de falseabilidade), mas a testemunha. Desse modo, o jornalismo também se antecipa aos possíveis erros de noticiabilidade, os justificando. O jornalismo é tanto declaratório no conteúdo, quanto na identificação das fontes dos enunciados sobre os supostos fatos.

Mas imaginemos, hipoteticamente, que toda a reportagem se revele comprovadamente falsa. A justificativa, então, seria que todas as fontes mentiram. Não os jornalistas. Os jornalistas não foram testemunhas oculares dos supostos fatos, e não afirmaram nada. Apenas deduziram que, diante dos supostos fatos apurados (supostos por não

Contudo, todo conhecimento é justificável e comprovável por capacidade e não por incertezas, imprevisibilidade, eventualidade, acaso. Gettier demonstrou que um sujeito, apoiado em fatos coincidentes, pode deduzir, sem querer, uma proposição verdadeira. Ilustremos essa questão baseados no exemplo utilizado por Gettier (1963): Smith e Jones trabalham em um escritório. Smith confia no padrão deles. Ele tem uma crença verdadeira e justificada para isso. Então, o padrão diz a Smith que Jones será promovido. No intervalo, Jones pede 10 moedas emprestadas a Smith. Smith, que possui muitas, as empresta. E pensa consigo: Jones tem agora 10 moedas e será promovido. Disso, ele deduz a seguinte proposição: “O homem que será promovido tem 10 moedas no bolso”. Acontece que o padrão deles é brincalhão, e Smith não sabe que ele próprio será promovido. Quando recebe a notícia, percebe que também possui 10 moedas no bolso. E também percebe que aquela proposição anterior era verdadeira: “O homem que será promovido tem 10 moedas no bolso”. Ele próprio. Mas Smith não atingiu esse conhecimento por mérito e capacidade, e sim por sorte, acaso. Assim, a fórmula CVJ pode ser epistemicamente verdadeira, mas ontologicamente inviável. Ela não é absoluta.

terem sido realmente comprovados), ocorreu o primeiro ataque com arma de fogo contra os manifestantes.

Mas nessa hipótese, se as testemunhas provarem que não afirmaram o que foi publicado, os jornalistas perdem toda a credibilidade, e provavelmente qualquer possibilidade de continuarem sendo jornalistas.

O que ocorre, talvez, sejam uma consideração e suposição por parte do Jornalismo de que testemunhas (autoridades ou não), quando expostas publicamente, são induzidas a não mentirem. Afinal, é a credibilidade delas que também estará em jogo. Teoricamente, se necessário, o jornalismo não medirá esforços para desmenti-la. O mesmo ocorrerá com os repórteres. A empresa igualmente não medirá esforços. Mas sendo essa possibilidade real ou não, ela é demasiadamente arriscada, uma aposta.

Critérios de evidência e testemunho são comprovadamente insuficientes por si mesmos. Antes é preciso comprovar os fatos como tais, para então analisar a devida correspondência com os enunciados. No entanto, nem só de verdades factuais, racionais e axiomáticas é composta uma sociedade. São levadas em consideração, também, verdades relativas e subjetivas. Elas são complementares às factuais, uma evidenciação do comportamento humano.

Junto às *evidências*, o principal critério de verdade utilizado pelo jornalismo como supostas provas são o do *testemunho* e *testemunho de autoridades*. E como complementos, os de verdade como *utilidade* e *não contradição*. Já a comprovação científica dos supostos fatos, não necessariamente ocorre para além da prova testemunhal. E o jornalismo não necessariamente se propõe a isso. Determinados assuntos possuem noticiabilidade em um dia, e noutro não. Há a urgência da informação, mesmo que posteriormente o fato tenha que ser mais bem depurado para ser considerado um conhecimento. Para o jornalismo, o interesse social imediato e de curto prazo está acima dos interesses científicos, ainda que, indiretamente, estes últimos possam ser muito mais importantes para a sociedade a longo prazo.

Chaparro (2011), mesmo destacando que o jornalismo não é ciência, defende em artigo que ela poderia ajudar a notícia.

A ciência só se afirma quando pode ser acreditada. Por isso é sistemática, metodológica, produz conhecimentos verificáveis. O jornalismo, tal como a ciência, também depende da credibilidade. Por isso deveria ter método e

assumir procedimentos científicos. (CHAPARRO, 2011)

As possíveis analogias desejadas por Chaparro (2011) dizem respeito aos procedimentos científicos. O primeiro deles seria atentar aos fatos, destrinchá-los e relacioná-los com outros, sempre os revisando para novas constatações. Depois transcendê-los, considerando os antecedentes e as consequências. O terceiro procedimento é o de delimitar os problemas em profundidade. Por fim, testar hipóteses, comprová-las, “para que todas as afirmações se tornem verificáveis, ainda que para revelar a falibilidade do método”. (CHAPARRO, 2011).

Mas o jornalismo em sua própria definição está vinculado à informação (TAMBOSI, 2005, p.36) e não necessariamente ao conhecimento científico, composto por crenças verdadeiras e justificadas.

Se jornalismo é uma atividade profissional que busca a apuração, a elaboração e a difusão de informação através das diversas mídias, para o grande público ou segmentos deste, resta evidente que o conhecimento se dá apenas no produto do jornalismo, desde que a informação seja correta, ou para repetir, verdadeira. Por isso mesmo ele não é uma ciência – o que não desmerece a profissão. (TAMBOSI, 2005 p.36)

Lippmann (2008) sugere algo próximo dessa distinção:

A hipótese, que me parece a mais fértil, é que as notícias e a verdade não são a mesma coisa, e precisam ser claramente distinguidas. A função das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens possam atuar. (2008, p.304)

Com investimentos e tempo disponíveis, o jornalismo é capaz de investigar e verificar a veracidade dos enunciados dos testemunhos. Pode, na medida do possível, constatar a real correspondência dos enunciados das autoridades e dos testemunhos – sobre possíveis fatos já estabelecidos e provenientes das entidades ontológicas consideradas

(acontecimentos) – bem como se os supostos fatos das entidades consideradas realmente são fatos. Pode também, por exemplo, confrontar os testemunhos de várias autoridades sobre eles.

Mas se for impossível qualquer verificação dos enunciados sobre os fatos, não é seguro reproduzi-los. Simplesmente informar a impossibilidade de verificar as informações sobre os possíveis fatos relacionados, de maneira alguma afeta a competência jornalística. Pelo contrário, gera confiança e credibilidade. Afinal, a prática declaratória é uma característica dominante do jornalismo, mesmo que ela se refira às próprias nuances do processo e da atividade de informar.

3 FATO JORNALÍSTICO

Lage (2001, p.51), ao diferenciar reportagem da notícia, expõe que a reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, e notícia não. A reportagem trata de assuntos, e a notícia de fatos novos. “[...] poderemos definir notícia como o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante.” (LAGE, 2001, p.54)

Como já exposto, propõe-se semelhante concepção epistêmica. Considera-se e destaca-se da entidade ontológica um fato epistêmico, ou acontecimento, e dele se reporta, por enunciados epistêmicos, alguma proposição ou informação. Dependendo da perspectiva, o fato epistêmico pode ser considerado também como uma entidade ontológica, ou vice-versa (como já demonstrado), e dele se torna possível emitir enunciados correspondentes e referenciais aos fatos inclusos.

Jornalismo é uma atividade profissional noticiosa, prático-discursiva, atualmente escrita, oral e imagética, que procura reportar por meio de fatos jornalísticos, com descrições objetivas e/ou opiniões, informações importantes para um público-alvo interessado, constituído de indivíduos, grupos e sociedades.

Típicas empresas jornalísticas possuem uma organização editorial. São as editorias, e respectivos editores, que referenciam os temas principais, conhecimentos, assuntos e fatos jornalísticos a serem explorados, reportados e publicados. Determinadas áreas do conhecimento são recorrentes e tornam-se mais preteridas que outras. Isso acontece porque satisfazem uma demanda de consumo (interesse), ou, de forma contínua apresentam mudanças significativas para a sociedade (importância). São exemplos destas áreas as editorias de Economia, Justiça, Política, Meio Ambiente, Segurança, Ciência, Saúde etc.

Definidas as editorias, editores, temas principais, conhecimentos e assuntos a serem considerados, são os critérios de valores-notícia que delimitarão quais fatos jornalísticos das áreas relacionadas terão mais valor em prol de outros, e quais deles serão descritos e publicados.

De acordo com Fonseca (2010, p.169-170), a matéria prima do jornalismo é a informação produzida em forma de notícia – incluindo nesse conceito as entrevistas, reportagens, notas e colunas. Sobre as notícias, Gomes (2009, p.10) cita que elas adquirem em geral uma forma verbal de um enunciado declarativo (proposição), descrição ou narrativa sobre eventos reais. Cita ele ainda que, mesmo subprodutos do

jornalismo, como a opinião, crítica e análise subjetivas, são igualmente comprometidos com uma pretensão de verdade, porque tratam-se de “espécie de argumentação sobre fatos reais e sobre a interpretação deles” (GOMES, 2009, p.11).

Tanto Gomes (2009) quanto Fonseca (2010) destacam a veracidade das notícias, ou seja, uma pretensão de verdade dos discursos e enunciados. Desse modo, a informação jornalística apresenta, necessariamente, referência no real. E a referência no real, para Fonseca (2010, p.170) é a factualidade, uma condição de representar o fato pelo acontecimento.

O jornalismo continua a ser uma forma de relatar fatos/acontecimentos relevantes da vida social a partir de determinados valores e técnicas e, por isso, constitui uma forma de conhecimento. Porém, se não é mera opinião, como no passado, nem entretenimento nem uma mera forma de “contar histórias”, contemporaneamente também não se limita à narrativa pretensamente neutra do factual, ou, dito de outra forma, não se limita ao registro do fato em seu “estado bruto”. (FONSECA, 2010, p. 178).

Vaz e França (2011, p. 168) argumentam que o acontecimento jornalístico não se encerra na categoria de fato ou, seja, apenas na compreensão e entendimento de sua causa. Há também, em consideração, o sentido do acontecimento, valores e significações atribuídos a ele pelos sujeitos, uma forma de revelação e ação. Sobre fato e interpretação, Gomes (2009, p. 21) argumenta que “[...] a completude da interpretação, é possível apenas enquanto o intérprete e o “texto” (obra, fato...) pertencem-se reciprocamente. [...] o fato mesmo da compreensão entra no evento que deve ser compreendido, faz parte dele”.

Já os sentidos dos enunciados ou proposições jornalísticos, além de epistêmicos, racionais e lógicos, são delimitados por critérios específicos para serem considerados como proposições ou enunciados jornalísticos. Baseados, sobretudo, nas análises de Partrick Charaudeau, Fonseca (2010) e Vaz e França (2011) avaliam o conceito de acontecimento jornalístico também pelos critérios de ineditismo, atualidade, socialização, imprevisibilidade, tempo, espaço e hierarquia.

Os critérios de valores-notícia são particulares, variam para cada autor, teórico ou jornalista. Mas, em geral, possuem similaridades

quando expostos. Lage (2001, p.92-103), por exemplo, destaca a *proximidade*, *atualidade*, *identificação social*, *intensidade*, *ineditismo* e *identificação humana*.

De acordo com Lage (2001), a proximidade é o interesse pelo que está próximo aos sujeitos; Já a atualidade são os fatos mais próximos aos sujeitos no tempo; A identificação social é dada por classes sociais; A intensidade pela discrepância aferida em números muito grandes ou muito pequenos de alguma experiência cotidiana; O ineditismo, por sua vez, é similar à raridade de um acontecimento, classificado em quatro espécies de fatos sociais: a) fato inevitável (previsível), b) fato provável (esperado), c) fato improvável (não esperado) e d) fato de extrema improbabilidade (surreal); Por fim, a identificação humana é a compreensão realista ou imaginária e fantasiosa das semelhanças ou aspirações presentes em outro(s) sujeito(s).

Epstein (2007) destaca igualmente a *atualidade* e *proximidade*, mas acrescenta a *consequência* (mudanças efetivas ou prováveis nas vidas das pessoas), *interesse humano*, *conflitualidade*, e *proeminência* dos atores envolvidos.

Para Gomis (2002) esses valores dependem dos critérios de cada jornalista. Entre os citados por ele, estão o *novo*, o *insólito*, o *impacto*, o *conflito* e a *relevância dos protagonistas*. Contudo, de acordo com o autor, dois valores são básicos no mercado de notícias, recorrentes na definição do que é noticiabilidade e contemplam, cobrem e resumem todo o campo de valores-notícia: *Interesse* e *Importância*¹².

Gomis (2002) afirma que interesse e importância podem combinar num fato jornalístico, mas também estarem isolados. O interessante define a notícia, é agradável de conhecer, desperta comentários, lucra, vende mais jornais, atrai mais audiência e é mais abundante. O importante, por sua vez, afeta a população, presta um serviço à comunidade, é o que todos devemos saber, mantém os lucros, mas, sobretudo, provoca novos fatos jornalísticos.

Um acordo tácito entre consumidores de notícia e jornalismo finda por estabelecer o limite entre o que existe é digno de menção e o que não existe ou não merece atenção: aquilo de que se fala é ou é importante – de outras coisas não se pode falar

¹² São interessantes e importantes para o jornalismo fatos que considerem todos os critérios elencados, e provavelmente outros mais. Interesse e Importância são sinônimos de valores notícia, mas não os substituem.

porque elas ou não existem ou são desimportantes ou desinteressantes. (GOMES, 2009, p. 15)

Entre um e outro, Gomis (2002) argumenta que o mais frequente é que a imprensa opte pelo Interessante, porque gera mais comentários e vende mais jornais. O importante, que gera mais consequências, é difícil de ser obtido, gerado ou reconhecido pela maioria. Exige mais cuidado, experimentação, revisão e tempo.

3.1 IMPORTÂNCIAS E INTERESSES SOCIAIS GERAIS E SEGMENTADOS

Sociedades organizadas, orientadas para a democracia, almejam e buscam um equilíbrio social para a manutenção da existência coletiva e individual. Esse equilíbrio é estipulado por leis que regem as normas e regras de conduta. Elas visam o direito de existir e sobreviver de cada cidadão, garantindo-lhes a liberdade de escolha, desde que em conformidade com a liberdade de escolha de todos os indivíduos. A consequência de uma escolha coletiva, ou individual, que interfira, impeça ou contrarie o cumprimento das leis, é passível de julgamento e punição.

De acordo com Gomes (2009, p. 21), Habermas defende que “todo grupo social sobrevive apenas enquanto se dá uma determinada configuração ou ordem”, e que “[...] a questão vital para o grupo social passa a ser a maneira como as ações dos participantes podem satisfazer as suas pretensões, mas de modo a manter o conflito em níveis suportáveis.” (GOMES, 2009, p. 22)

Toda interferência ou aprimoramento do equilíbrio social almejado, respectivamente, ameaça ou aprimora a existência e sobrevivência coletiva e individual. Os fatos que interferem ou aprimorem esse equilíbrio social almejado, possuem interesse e importância sociais gerais. Esses fatos são primordialmente jornalísticos.

Mas se a importância e interesse sociais gerais lidam com a preservação da vida coletiva e individual, o interesse e importância sociais segmentados (incluindo os de entretenimento), em comparação, consideram como interessante e importante algo curioso, agradável, prazeroso de se saber. São menos vitais, menos urgentes, mas igualmente jornalísticos e indispensáveis para o equilíbrio social e a qualidade de vida.

Contudo, há a possível complexidade de um fato ou acontecimento jornalístico ser identificado como importante e/ou interessante por jornalistas, mas não pelo público, e vice-versa. É inviável prever com extrema exatidão quais fatos considerados importantes e interessantes para o jornalismo serão também para o público. O jornalismo é um processo de avaliação rápida desses fatos. De forma imediata, ele procura identificar qual fato possuirá valor noticiável para a maioria das pessoas. E esse processo também é subjetivo. São opiniões, também subjetivas e individuais – ou de um grupo jornalístico –, que decidem quais fatos despertarão comentários ou provocarão outros novos fatos. Estas decisões são suposições, expectativas mais ou menos conhecidas, talvez corretas, talvez não. Ou seja, por vezes são acertadas, por vezes questionáveis. Dependem intrinsecamente do meio de comunicação, da política editorial, dos jornalistas, do período social moral e histórico e do tipo de sociedade e público retratado (GOMIS, 2002).

Interesse pode ser descrito como uma reação subjetiva valorativa a um objeto ou ideia.

De acordo com Gomes (2009, p.17-18) interesse é uma relação cognitiva entre quem conhece (cognoscente) e conhecido (objeto). Semanticamente, o termo é composto por *inter* + *esse*, significando ser ou estar envolvido. Contudo, de acordo com Gomes, uma forma banal e popular de considerar o interesse é entendê-lo como um impedimento fiel da realidade, porque subjetivo. Mas como expõe Sponholz, a subjetividade faz parte do processo epistêmico enunciativo e é uma condição para a objetividade:

A subjetividade é parte do processo e uma condição para a objetividade, uma vez que a busca da realidade sobre um determinado problema pressupõe o interesse do sujeito. Perspectividade, seletividade e construtividade representam uma subjetividade inevitável, que está presente tanto nos comentários como nos “textos informativos” (SPONHOLZ, 2003, p. 115).

Mas o que desperta a atenção de um indivíduo não necessariamente despertará a de outros. É a importância social geral acrescida ao interesse de um fato jornalístico que o julgará, diferenciá-lo e o determinará como mais digno de ser noticiado, como mais ou menos relevante, como uma notícia que deverá ser destaque ou não.

Já a importância é aquilo que não pode deixar de ser informado e dito. O interesse é um complemento a essa informação. O público pode consumir apenas notícias e reportagens interessantes. Mas esperará igualmente as importantes. Ou seja, espera um sentido de utilidade justificada para a existência e consumo de notícias e reportagens.

Recorramos à perspectiva de interesse apresentada por Abbagnano (2010, p.665), proveniente dos filósofos Kant, Hegel, Herbart e Dewey. Em Kant, e no domínio da estética, o interesse é o prazer associado à representação da existência de um objeto. Esse prazer está relacionado à faculdade de desejar. Interesse é então, o prazer e o desejo em relação a um objeto. Já Hegel, por sua vez, compreende por interesse “o momento da individualidade subjetiva e de sua atividade”. Ou seja, o interesse é um momento subjetivo e de ação.

Para o filósofo alemão Johann Friedrich Herbart, interesse é distinguido do desejo e ação. Interesse não é o mesmo que desejo, porque o objeto do interesse é presente e real, enquanto o do desejo ainda não existe. E não é ação, mas pode vir a ser porque é uma participação num meio termo, estaria entre ser o espectador dos fatos e neles intervir. Por fim, para o filósofo, crítico social e teórico de educação norte-americano John Dewey, interesse é definido como uma identificação subjetiva por ação com algum objeto ou ideia e a necessidade destes para a manutenção da auto-expressão.

Adaptando a definição de Dewey para o coletivo, temos interesse como identificação dos sujeitos por ação com um objeto ou ideia (fatos), e a necessidade deles para a manutenção da auto-expressão coletiva. Sendo assim, é necessário um equilíbrio social para permitir a manifestação da existência expressiva de todos os sujeitos. Naturalmente, a identificação dos sujeitos com fatos jornalísticos que permitam a manutenção dessa auto-expressão coletiva, serão socialmente mais importantes e interessantes.

O interesse pela importância das notícias, e dos conhecimentos gerados pelo jornalismo, provém de uma maneira geral à necessidade de não se perder oportunidades, mas, sobretudo, à preservação da existência individual e coletiva. Quanto mais próxima da manutenção dessa existência individual (ou coletiva) estiver relacionada uma notícia, mais interessante e importante ela será considerada.

Para um apaixonado por esportes, por exemplo, o interesse e importância podem se restringir apenas a fatos dessa área. Esse indivíduo pode ignorar todo o resto. Porém, e de alguma forma, tal sujeito precisará desfrutar de boa saúde, estabilidade financeira e segurança para existir e poder agir desse modo. Se, por um infortúnio,

ocorrer uma epidemia mortal, demissões em massa na empresa em que trabalha ou um ataque militar deflagrado por um país vizinho, o interesse e a importância supremos desse indivíduo por esportes estarão abalados. Isso porque as necessidades básicas da existência dele, que lhe permitem ignorar todo o resto, não serão atendidas.

Assim, mesmo que subjetivos e diferentes para muitos indivíduos ou grupos, terão sempre mais importância e interesse fatos de conhecimentos que, direta ou indiretamente, se referem, interferem ou aprimorem a preservação da existência, da qualidade de vida e das necessidades básicas da sociedade. Ou seja, fatos com importância e interesse sociais gerais.

Segurança, Saúde, Economia, Mundo, Política, Meio-Ambiente, Ciência etc. são algumas das editoriais consideradas como essenciais e encontradas em um jornalismo diário e geral. Cadernos como Esportes, Entretenimento e Cultura, ou seja, que lidem com fatos jornalísticos de importância e interesse sociais segmentados, se comparados aos anteriores, serão secundários em termos de relevância social, mas, no entanto, necessários em termos de interesse e significação humana.

“A evidência indica que a maioria das pessoas quer as duas coisas – elas leem as páginas de esporte e economia, a revista *New Yorker* e suas charges, a resenha de livro e as palavras cruzadas. O jornal *New York Times* mantém em torno de vinte escritórios estrangeiros, além de cinquenta pessoas na sucursal em Washington, e cobre as reuniões da prefeitura, mas também publica uma coluna de bridge, críticas de restaurantes e sessões de gastronomia e decoração. O jornal *Daily News* se esmera na cobertura esportiva, fotografias atraentes, colunas de fofocas, mas compete ferozmente com outros para informar seus leitores sobre falhas da justiça ou programas governamentais.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2002, p.225).

Torna-se necessário, contudo, contextualizar alguns aspectos dos valores-notícia importante e interessante sugeridos por Gomis (2002). O importante de Gomis também possui interesse embutido, o interesse público, o interesse social geral da preservação e manutenção da vida. É uma característica intrínseca a ele.

Já o interessante, destacado por Gomis, é uma outra espécie de interesse, diferente da do interesse social geral. É um interesse segmentado, curioso, divertido, de entretenimento. Está mais para lazer e diversão. Mas como tal, também possui importância social. Em comparação ao interesse social geral, não possui a mesma relevância de sobrevivência e preservação da vida, mas tem importância de qualidade, expressão e significação humana existencial.

Sugere-se, então, diferenciar essas duas concepções. Uma como importância e interesse sociais *gerais* e outra como interesse e importância sociais *segmentados*. Ainda, dependendo da proposta do meio comunicacional, um fato **não** jornalístico **não** possuirá, simultaneamente, interesse e importância sociais gerais ou segmentados.

Agora, é relevante se fazer notar que, entre dois fatos sociais gerais, ou entre dois fatos sociais segmentados, o que os diferenciara entre si como mais ou menos noticiável, digno de ser destaque maior ou menor na manchete principal, será também a *Proximidade*, o *Ineditismo* maior, a *Relevância e Proeminência dos Protagonistas e Atores Envolvidos*, o *Impactante*, o *Conflito*, as *Consequências*. Ou seja, por mais que Importância e Interesse se combinem em um fato e resumam todos os valores-notícia, eles continuam dependentes de outros critérios valorativos para serem categorizados como mais ou menos noticiáveis, mais ou menos importantes.

Contudo, como são sujeitos que decidem o que será considerado mais noticiável, por vezes são decisões fáceis, e as manchetes das capas dos mais variados jornais se assemelham. Noutras, e na maioria das vezes, fatos interessantes se apresentam mais abundantes que os importantes, ou até mesmo, não há fatos importantes. Surgem, assim, diferentes destaques, em que as escolhas certas só poderão ser mensuradas se analisadas as vendas, a audiência e repercussão (mensuráveis também pelos novos fatos jornalísticos gerados ou comentários).

Mas também, pode haver um desequilíbrio. Mais divulgações de notícias sobre fatos interessantes, e menos sobre fatos importantes. Kovach & Rosenstiel (2003), no período em que elaboraram a pesquisa para o Comitê dos Jornalistas Preocupados, nos Estados Unidos, identificaram que as notícias de entretenimento prevaleciam, porém, num nível alto de sensacionalismo, de prazer pelo prazer, numa ausência de significado e utilidade. Eles denominaram esse tipo de notícia de *infotainment* (informação + entretenimento).

De acordo com os autores norte-americanos, os *infotainments* são atraentes para os donos dos jornais, porque num curto espaço de tempo

atraem o público e aumentam o lucro das empresas jornalísticas. São baratos de produzir e não exigem uma apuração detalhada de especialistas, ou qualquer custo maior com uma equipe de profissionais.

Em longo prazo, porém, os *infotainments* tornam-se repetitivos, afastam aquela parte do público que aguarda por notícias mais sérias e importantes, e destrói a reputação e autoridade das empresas jornalísticas norte-americanas. O pouco da audiência e das vendas que sobram e se mantêm, são obrigadas a serem compartilhadas com a concorrência.

3.1.1 Identificação de Importâncias e Interesses Sociais Gerais e Segmentados em Acontecimentos e Fatos Jornalísticos Noticiados

Segue um exemplo de um fato com importância e interesse sociais gerais. Ele se inclui, também, na característica de notícia *Intensidade* de Lage (2001). No dia 24 de setembro de 2013, ocorreu uma explosão de um galpão com 10 mil toneladas de fertilizantes no município de São Francisco do Sul, Santa Catarina.

Esse fato foi de importância e interesse social geral. Foi importante para o público e para todos, ou para uma grande parte da sociedade, porque envolveu a preservação da existência de grande quantidade de pessoas. A fumaça gerada por mais de três dias provocou uma fuga de grande parte dos 47 mil habitantes do município portuário catarinense, afetou diretamente a saúde de milhares de pessoas, atingiu o meio ambiente e a fauna regional, além das toxinas terem sido transportadas para todo o litoral norte catarinense, atingido também o litoral paranaense, e em menor intensidade o estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

A importância social geral desse fato está no aspecto de que ele envolve a existência e a sobrevivência das pessoas. Já o interesse geral dele está na compreensão do ocorrido, e de como ocorreu, para que se exija a devida reparação e punição dos responsáveis, e para que casos semelhantes não se repitam.

A entidade ontológica, ou o fato jornalístico e acontecimento maior, é a explosão de um galpão de fertilizantes em São Francisco do Sul, gerando grande quantidade de fumaça por um período de três dias. Os enunciados são os relatos correspondentes com uma série de fatos jornalísticos inseridos nesse fato jornalístico mais importante.

Um dos possíveis relatos desse acontecimento foi o do caso isolado de um bombeiro que, intoxicado pela fumaça, foi internado na Unidade de Terapia Intensiva de um Hospital local. Quem é o bombeiro,

como ocorreu a intoxicação, como ele está etc., são apenas alguns dos aspectos socialmente interessantes e gerais desse fato, também socialmente importante e geral. Em Lage (2001), esse possível relato do bombeiro pode ser classificado como importante e interessante, pelos critérios de *proximidade*, de *identificação social* e de *identificação humana*.

Como um segundo exemplo, um fato jornalístico com importância e interesse sociais segmentados: no dia 22 de abril de 2013, o tabloide inglês *The Sun* afirmou que os avós paternos do famoso e milionário astro *teen* Justin Bieber vivem em condições precárias. George Bieber, 61, tem sérios problemas de saúde, dorme em um colchão sujo e não tem dinheiro para consertar o buraco no telhado da própria casa. Já a avó do astro, Kathy, 56, trabalha 40 horas por semana numa fábrica carregando sacos de tinta em pó em troca de um salário. O casal afirma que o único presente recebido do neto famoso foi um televisor. A fortuna de Justin Bieber é estimada em 200 milhões de dólares. (FRANDOLOZZO, Rogério. **RD1**. 24 abr. 2013; **The Sun**, 22 abr. 2013)

A importância desse fato jornalístico é socialmente segmentada. Envolve entretenimento e a existência específica de um casal de idosos relacionados a um músico e celebridade. Mas como essas informações não afetarão milhares de pessoas em relação à preservação da existência e sobrevivência, elas têm pouco valor como caráter de urgência. Talvez sejam aspectos morais e éticos a serem analisados, mas sem a necessidade de muita dedicação.

O interesse social segmentado da nota do músico poderá surgir de fãs, de não fãs, pessoas que se identifiquem com a história, pessoas que tenham interesse na vida alheia de famosos etc. O interesse desse tipo de fato segmentado o aproxima de algo curioso, de entretenimento, agradável ou desagradável de se saber. Desse fato, podem surgir comentários sobre a falta de bondade do cantor, a culpa ou inocência do avô pela própria situação vivida, e assim por diante. Talvez, e após todos esses ou outros comentários, a nota deixe de gerar maiores consequências, a não ser para os diretamente envolvidos por ela, ou mesmo fãs. Mas a nota também pode ser resgatada futuramente, para ser associada e relacionada a possíveis atitudes do músico, a biografias etc. Contudo, o que foi elencado, é um fato com importância e interesse sociais segmentados, e não gerais.

Um segundo exemplo de fato jornalístico com interesse e importância sociais segmentados: em 2010, Ômega, um chimpanzé adulto de 11 anos, foi transferido de um zoológico libanês para o de

Curitiba, Paraná. Ômega era fumante compulsivo. Passou por um tratamento no zoológico brasileiro e abandonou o vício. A importância social segmentada dessa nota, talvez, se encontre na constatação de que um macaco pode tornar-se viciado em cigarros, e tratar-se, assim como podem os humanos. Isso poderá interessar diretamente, de forma social e segmentada, a funcionários do zoológico, visitantes, cientistas e estudiosos do comportamento de animais etc. Indiretamente a fumantes, donos de macacos e assim por diante. Mas não é uma nota de importância e interesse geral. É segmentada.

Cada um dos três exemplos citados é restrito, direcionado a um público com interesses específicos. As questões das duas notas segmentadas são interessantes e importantes para os envolvidos. Para todos os outros, é apenas interessante, entretenimento (socialmente geral). Contudo, as notas segmentadas são necessárias em termos de significação humana, desde que em equilíbrio com as notícias importantes.

Dos três exemplos, a notícia de uma explosão de um galpão de fertilizantes dirá respeito à segurança, saúde e preservação da vida de uma grande parcela da sociedade local. E mesmo que as informações dessa explosão não interessem a uma mesma quantidade de pessoas, em comparação, por exemplo, a quantidade de fãs do astro *teen*, esse tipo de notícia sempre terá mais destaque e importância social.

3.2 O CÂNONE PERFEITO DA NOTÍCIA

Segue uma notícia do Senado Federal brasileiro, importante em nível social geral, mas sem maior exploração do interesse social incluído:

PEC do voto aberto começa a ser discutida em Plenário nesta quinta
Da Redação

O presidente do Senado, senador Renan Calheiros, antecipou para esta quinta-feira (19) a Ordem do Dia programada para o dia seguinte, após os senadores Walter Pinheiro (PT-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Mário Couto (PSDB-PA), entre outros, terem cobrado a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o voto aberto

em todas as deliberações do Poder Legislativo (PEC 43/13).”

- Certamente teremos a primeira sessão de discussão sobre as propostas de emendas constitucionais que determinam o voto aberto dos parlamentares – informou Renan, lembrando que há mais de uma proposta sobre o assunto.

A PEC 43/13, que determina o fim do voto secreto em todas as deliberações do Poder Legislativo, suscitou uma batalha regimental nesta quarta-feira (18) durante sua votação na CCJ. Após muita polêmica, foi aprovado o parecer inicial do relator, senador Sergio Souza (PMDB-PR), que respalda a abertura de todas as votações no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

A proposta terá dois turnos de votação no Plenário do Senado, onde poderá ser anexada à PEC 20/2013, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), que também derruba o voto secreto em todas as circunstâncias no Legislativo. A PEC 20/2013 já foi aprovada pela CCJ e aguarda inclusão na Ordem do Dia do Senado. Se o apensamento acontecer, a PEC 43/2013 voltará a ser examinada pela Câmara dos Deputados, mesmo sem ter sido alterada pelos senadores.

(PEC do voto aberto começa a ser discutida em plenário nesta quinta. **Agência Senado**. Brasília, 18 set. 2013. Portal de Notícias)

Agora a mesma notícia, porém divulgada pelo site de esquerda Carta Maior. Ela foi emitida com igual importância social geral, no entanto explorando os interesses sociais incluídos:

PEC do voto aberto começa a ser discutida em Plenário nesta quinta
Da Redação (*)

Brasília - Por iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o Senado antecipou para esta

quinta-feira (19) a votação sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o voto aberto em todas as deliberações do Poder Legislativo (PEC 43/13).

A PEC 43/13 foi aprovada a contragosto pelo Senado, que prefere a proposta do tucano Álvaro Dias, o voto aberto "pero no mucho" (aberto "mas não tanto"), restrito aos casos de cassação de mandato. A contrariedade da maioria dos senadores em analisar a proposta que veio da Câmara se mostrou clara na batalha regimental ocorrida ao longo da semana e que precedeu a aprovação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Acabou aprovado o parecer do relator, senador Sergio Souza (PMDB-PR), que abre o voto em todas as circunstâncias e que valeria para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

A proposta ainda terá que ser apreciada em dois turnos de votação no Plenário do Senado. Juntou-se à proposta oriunda da Câmara a PEC 20/2013, do senador Paulo Paim (PT-RS), que também acaba com qualquer tipo de voto secreto. Se ocorrer o apensamento dessa proposta do senador Paim, a PEC 43/2013 terá que retornar para a Câmara dos Deputados, mesmo sem qualquer alteração ter sido feita pelos senadores.

É que, na fogueira das vaidades, o Senado quer por seu carimbo na proposta. Mesmo que isso atrase o processo um pouco mais.

(*) Com informações da Agência Senado.

(PEC do voto aberto começa a ser discutida em plenário nesta quinta. **Carta Maior**. 19 set. 2013. Política.)

Nos dois exemplos, há um fato considerado importante para a sociedade brasileira: a transparência das decisões políticas, com a aprovação da PEC 43/13. Ela determina o fim do voto secreto em todas as deliberações do Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais).

Mas uma das duas notas, aparentemente idênticas, torna-se mais interessante que a outra. A nota emitida pela assessoria do Senado não evidenciou o interesse social intrínseco. Ela foi direcionada para os próprios parlamentares. O fato não perdeu o interesse, ele apenas não foi explorado como na nota da Carta Maior.

Gomis (2002) classifica a combinação do interesse com a importância como o cânone perfeito da notícia. Ou seja, o equilíbrio entre a importância social geral com o interesse social geral intrínseco a ela, e entre o interesse social segmentado com a importância social segmentada, também intrínseca a ele.

A mesma linha de raciocínio é a de Kovach & Rosenstiel (2003, p.232): “as notícias que se concentram no significativo são tão empoladas [entediantes] quanto as notícias que deixam o significativo de lado. O inverso também é verdadeiro”. Eles defendem que, mesmo em notícias importantes, deve-se ter uma narrativa atraente, um envolvimento natural, de maneira que inclinem o receptor a absorvê-las.

Descrições subjetivas, portanto, em equilíbrio com as objetivas, também podem contribuir para a evidência do interesse do fato. O interesse social geral explorado, no caso da Carta Maior, foi na interpretação e linguagem utilizadas. A Carta Maior noticiou o fato importante, mas também o tornou esteticamente atraente, evidenciando aspectos da proposta da emenda constitucional. A nota acrescentou informações sobre os confrontos das ideias políticas e da burocracia do governo brasileiro. Por meio dela, fomos informados que a PEC 43/13 foi aprovada a contragosto pelo Senado Federal; que o Senado preferiria o fim do voto secreto somente em casos de cassação de mandato (raríssimos por sinal); que a batalha regimental, ocorrida ao longo da semana, anterior à aprovação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), denotou a contrariedade da maioria do Senado em analisar a proposta da PEC 43/13; que a proposta da PEC 20/13, do Senador Paulo Paim, igualmente acaba com qualquer tipo de voto secreto, e nada acrescenta; que se a PEC 20/13 for incluída na análise da proposta da PEC 43/13, deverá retornar para a Câmara dos Deputados para ser debatida; que o retorno da proposta para a Câmara atrasaria o processo um pouco mais, evidenciando a vaidade dos senadores que querem apenas estar incluídos nas tomadas de decisões.

Já a nota emitida pela assessoria de imprensa do Senado Federal teve pouca exploração do interesse social geral, denotando um aparente cuidado para não incluir qualquer sentido de subjetividade. Talvez, por temer desencadear acusações de partidarismo, ou falta de isenção. Mas se a mesma nota fosse emitida por um jornal diário, provavelmente

suscitaria questionamentos dos leitores, ouvintes ou telespectadores, sobre onde estaria o interesse dela.

Apesar de na nota da Carta Maior o interesse social geral ser mais explorado, o assunto envolvido é política. Por isso, por incluir subjetividade, ela pode ser tachada de partidária e ideológica, sem isenção. No entanto, para indivíduos mais preocupados com o aprimoramento do estado democrático do que com interesses ideológicos ou políticos, são perspectivas e pontos de vista a serem levados em consideração. Sobretudo, a nota cativa, é emocional, dá vida a um assunto complexo e pouco compreendido por todos, na maioria das vezes enfadonho. A subjetividade, como um complemento à objetividade, é bem-vinda a alguns relatos de fatos jornalísticos. Mas desde que, em se tratando de importância e interesse sociais gerais, a objetividade seja priorizada. A subjetividade incluída deve ser compreendida como tal pelo público e pelo próprio jornalismo. São perspectivas, opiniões, que podemos ou não concordar.

A nota da assessoria de imprensa do Senado Federal é factual e objetiva. A da Carta Maior é igualmente factual e objetiva, mas inclui opinião e subjetividade. Contudo, em opiniões, corre-se o risco de más interpretações dos fatos pelos jornalistas ou pelo público. Porém, nesses casos, logicamente, há a possibilidade de retratação.

A exigência do público deve compreender, e ter em consideração, o que se configura como opinião. São improváveis, subjetivas, não necessariamente refletem a realidade objetiva dos fatos. Poderão, até mesmo, descontextualizá-los. Mas o meio informativo também tem a obrigação social, ética e moral de deixar isso claro. Contudo, do mesmo modo que um jornalista, antes de reportar todos os fatos e enunciados referentes os questiona e confere, os sujeitos receptores devem também questionar e comparar relatos jornalísticos, para então emitirem opiniões mais seguras.

Se um fato jornalístico, socialmente importante, não desperta o interesse do público, ele não é absorvido, refletido ou julgado também como importante. É supostamente relevante, apenas por ter sido divulgado (ou até mesmo é desconsiderado). O mesmo ocorre com um fato jornalístico considerado importante, mas com o foco da matéria, notícia ou reportagem, voltado apenas para um aspecto interessante dele. A importância do fato jornalístico não é destacada, e o aspecto evidenciado pode tornar-se desinteressante.

O equilíbrio exato entre interesse e importância, o cânone perfeito da notícia, não existe. Não há uma referência objetiva que possibilite isso. Contudo, a busca, mesmo inalcançável, por esse equilíbrio, pode

resultar em um jornalismo mais competente e eficiente na transmissão e recepção social das notícias.

Fatos jornalísticos de importância e interesse sociais gerais são difíceis de serem apreendidos e identificados. Eles não ocorrem, ou se tornam públicos, todos os dias. Demandam ainda uma contextualização e investigação maiores, tempo, dedicação e suporte das empresas noticiosas. Mas na medida do possível, devem ser equilibrados com os abundantes fatos jornalísticos sociais segmentados. Um desequilíbrio entre eles pode gerar prejuízo nas vendas e na audiência, e consequentemente na credibilidade dos jornais.

Porém, como constata Leão Serva (2001), algumas empresas noticiosas propositalmente não esgotam o fato importante e interessante. Partilham o fato, para que a audiência, credibilidade e vendas se mantenham. O fato é trabalhado como que em capítulos de novelas, dando margem à crença de que nos dias seguintes se tratam de novos fatos apurados e acrescentados. Outras vezes, no entanto, ocorre que realmente o fato não pode ser resumido em uma só reportagem. O desfecho dele é demorado, como em um julgamento judicial longo, por exemplo. Corre-se o risco, porém, de ele tornar-se desinteressante para o público, impaciente com a falta de resultados. Caberá ao jornalismo então, cativar esse público alvo, fomentar esse interesse do fato importante – isso se realmente julgar que tal fato é importante e válido desse esforço.

De todo modo, torna-se perceptível que o jornalismo não deve divulgar fatos a esmo. Eles possuem razões de estarem ali. Entre tantas, sobretudo possibilitar relatos de acontecimentos imediatos e inéditos que preservem a democracia e o equilíbrio social, bem como a fomentação do desenvolvimento social e científico.

Contudo, excluindo o fato de que algumas empresas jornalísticas exploram o sensacionalismo, algumas críticas direcionadas ao jornalismo são injustificadas. Provéem de representantes de áreas específicas do conhecimento, que julgam os próprios objetos de trabalho ou de estudo como mais importantes. Ou, ainda, avaliam que o conhecimento especializado de suas áreas deva ser publicado e divulgado nos mínimos detalhes. Desse modo, na visão deles, a ausência de reportagens discutindo tais assuntos da forma que esperam, denotaria a superficialidade e insignificância do jornalismo, ou até mesmo, da própria sociedade que consome as notícias como são publicadas.

Primeiramente, como já exposto, tais indivíduos possuem uma base existencial sólida, que os permite pensar assim e ignorar toda a estrutura social. O jornalismo geral, e mesmo o especializado e

segmentado, possui uma preocupação com todo o conjunto de possíveis leitores, ouvintes e telespectadores, e não apenas entrevistados, estudiosos ou trabalhadores de uma área específica relatada ou ignorada. O jornalismo não é, necessariamente, responsável – e na maioria das vezes nem é capaz – do esgotamento detalhado e mínimo dos fatos jornalísticos, a ponto de se tornarem científicos. Esses fatos, se dignos de importância científica, se encaixarão em alguma área específica de estudo. O objetivo do jornalismo é informar, divulgar e tornar público fatos inéditos e importantes, de interesses sociais gerais ou segmentados. Como esses fatos serão refletidos, julgados ou aprofundados, não será mais de responsabilidade exclusiva do jornalismo. Mas se forem utilizados com consequências no equilíbrio social, gerarão novos fatos publicáveis. O trabalho do jornalista é confundido. Cobra-se dele, muitas vezes, uma atitude que não lhe cabe. O jornalista não é, necessariamente, o agente da ação, mas o de divulgação. A informação oferecida, pode então resultar, ou não, em uma ação de todos os agentes sociais envolvidos.

CONCLUSÃO

As crenças únicas e extremamente idealistas/relativistas, ou únicas e extremamente realistas, são incompatíveis com a noção epistêmica de correlação entre sujeito e objeto. Os sujeitos existem, e os objetos externos a eles também. A única possibilidade de correlação é a compreensão de que os sujeitos, com todos os seus sentidos, razões e lógicas, são limitados perante a realidade ontológica e metafísica. Diante dessa limitação, como somos capazes de apreender algo sobre a realidade?

O conhecimento sobre a realidade é epistêmico, não absoluto, em infinito aperfeiçoamento. Fórmulas teóricas de caráter ontológico estarão sempre suscetíveis a possíveis aplicabilidades em contextos ainda não considerados. Sempre serão generalizações, por maiores aplicabilidades ou aparentes precisões. Como todo o conhecimento humano é limitado, ou seja, é epistêmico, tudo relacionado a ele também é possível de ser questionado, superado e aperfeiçoado, mesmo que em algum dado momento sejamos incapazes disso.

Sendo que o próprio conhecimento científico, no mais íntimo âmago, possui margem para um possível questionamento – considerando todo o contexto ontológico e metafísico – o Jornalismo, que repassa esse conhecimento, logicamente também poderá ser questionado. Contudo, não lhe cabe responder a essas possíveis indagações. O jornalismo, fundamentalmente e majoritariamente, é meio de informação e não fonte de conhecimentos. Gera informação e não primordialmente conhecimento. Mas cabe ao Jornalismo, se considerar pertinentes possíveis questionamentos sociais sobre os fatos considerados, notificar essa importância às fontes e retransmitir o que elas venham a justificar.

O Jornalismo não é uma prática científica. Os fatos jornalísticos não são necessariamente comprovados empiricamente e teoricamente no “laboratório” jornalístico das redações. Eles provêm, sobretudo, de fontes com autoridades para emití-los, e de testemunhos. A comprovação caberá, majoritariamente, a estas mesmas autoridades ou outras. Mas por vezes, o jornalismo é capaz de comprovar esses fatos relatados, com auxílio apropriado de ferramentas científicas ou deduções. Porém, fundamentalmente, ele os repassa provenientes do conhecimento testemunhal e científico, e assim gera informação.

Então com que espécie de verdade, ou de fato, o jornalismo lida? Uma verdade ou fato coerente, pragmático e comprovado. Mas também com fatos não comprovados cientificamente. A objetividade jornalística

é aplicável até esse momento, o da efetiva correspondência, correlação e comprovações epistêmicas. Mas diante dos meios e ferramentas disponíveis ao jornalismo, essa é a melhor possibilidade de objetividade científica. Confronta fontes, constata possíveis fatos, os investiga, e emite enunciados que aguardarão a comprovação científica, se for de interesse das Ciências.

Explorou-se modestamente, possibilidades, origens e essências filosóficas, científicas e jornalísticas de fato. E desse modo, foram constatados critérios para que um possível fato seja denominado como fato jornalístico. São fatos jornalísticos aqueles que possuem a viabilidade de modificar a realidade social imediata, muitas vezes ainda não cientificamente explorada e epistemicamente esgotada. Contudo, uma realidade poder ser cientificamente explorada e epistemicamente esgotada sem o conhecimento da sociedade. E quando epistemicamente é anunciada, pode também modificar a realidade social imediata.

Fatos jornalísticos, então, dizem respeito, essencialmente, a possíveis fatos relacionados à manutenção das ordens sociais, democráticas e existenciais. Se ameaçam ou aprimoram tais ordens, possuem interesse e importância sociais gerais. Contudo, fatos jornalísticos incluem também notícias sobre lazer, diversão, entretenimento e arte. São interessantes e importantes, mas socialmente segmentados. Ambos, fatos sociais gerais e segmentados, em equilíbrio, abrangem e dizem respeito a uma grande parcela da sociedade.

Todas as áreas do conhecimento humano desejam possuir os objetos dos quais se ocupam divulgados em meios informativos. No entanto, há critérios jornalísticos para que isso ocorra. Tais fatos, ou possíveis fatos, devem indicar ou confirmar interesses e importâncias sociais gerais ou segmentadas. Uma importância geral dirá respeito à ordem social e democrática, incluindo a existência e sobrevivência dos sujeitos. Tudo que ameaçá-la ou aprimorá-la, será considerado. Um interesse segmentado dirá respeito a lazer, entretenimento, arte ou a assuntos não tão significativos para a sociedade como um todo. Mas possuirá importância própria, em termos de sentido existencial humano. Particularmente, todas as editorias, com os assuntos específicos e gerais tratados, considerarão a importância e interesse sociais gerais e segmentados dos assuntos exclusivos delas também.

O que resta, então, às áreas não contempladas, ou pouco divulgadas, pelas editorias estipuladas pelo jornalismo diário? Provavelmente tais áreas são excluídas destas editorias, porque não possuem uma demanda da sociedade como um todo pelas informações a elas relacionadas. Mas se os profissionais dessas áreas excluídas

julguem que, entre seus pares, há importâncias e interesses gerais e segmentados, lhes resta, quem sabe, elaborar e produzir jornalismo sobre esses assuntos.

Temos, então, três processos, que direta ou indiretamente estão relacionados, e são essenciais e necessários para a preservação, transformação e o progresso social. Um deles é o conhecimento epistêmico e científico. Outro é o conhecimento empírico testemunhal. Por fim, as percepções e ideias provenientes das informações jornalísticas diante dessas duas fontes de enunciados, incluindo as opiniões.

A dicotomia jornalística entre opinião e informação, inserida nesse contexto, usualmente relaciona a objetividade em contraposição à subjetividade. Contudo, não somos objetivamente oniscientes, onipresentes e onipotentes. Somos, mesmos racionais e lógicos, objetivamente e ontologicamente limitados e subjetivos. A epistemologia, no entanto, considera essa limitação e subjetividade, inerentes aos seres humanos.

No jornalismo, informação não é essencialmente conhecimento. É transmissão objetiva de enunciados emitidos por autoridades ou testemunhas. Por vezes, independentemente, porém, o jornalismo gera conhecimento dedutivo ou comprovado. Já opiniões jornalísticas são transmissões dos enunciados emitidos por autoridades ou testemunhas, ou comprovações propriamente jornalísticas, incluindo majoritariamente interpretações subjetivas dos próprios jornalistas ou contribuintes. Nesses casos, os jornalistas não transmitem apenas as informações, mas se inserem nelas.

Contudo, transmissões apenas informativas também incluem subjetividade: nas escolhas, nas ordenações das informações, nos aspectos considerados e descartados, nas perguntas elaboradas. Mas em comparação, são mais fidedignas às fontes. São objetivamente epistêmicas, e dentro dessa possibilidade, são justificadamente comprováveis. Isso porque a subjetividade é naturalmente incomprovável. Inclui crença epistêmica injustificada objetivamente. Não possui valor-verdade e não é comprovável, a não ser para o próprio sujeito que as emite.

Nesse ensaio teórico, foram inexploradas todas as possibilidades objetivas do jornalismo. Foram incluídas algumas, inseridas na sugestão proposta por quatro categorias para classificar o que compõe o método jornalístico de descrição dos fatos jornalísticos, ou seja, a objetividade jornalística: 1) os meios jornalísticos – e neles incluídos – 2) as

ferramentas jornalísticas, 3) os sujeitos jornalísticos e 4) as técnicas jornalísticas.

Mas estudos teóricos e práticos dessas quatro categorias sugeridas, epistemicamente, já existem. Os provenientes de Nilson Lage (2001), em minha modesta opinião, estão entre os melhores. No entanto, o presente trabalho surgiu de uma motivação por esclarecer os limites epistêmicos do Jornalismo. Se o que é fato, verdade, realidade e objetividade para as ciências e filosofia, se aplicam ao jornalismo.

Se, epistemicamente, utilizarmos uma referência objetiva de comparação, como entre Ciências e Jornalismo, o que se configurar fato para o jornalismo serão conclusões insuficientes para as ciências. No entanto, se estabelecermos a mesma rigidez científica, ao invertermos a perspectiva, o que se configura r fato para as ciências, serão conclusões insuficientes também, porque ainda não foram comprovadas pelo jornalismo.

A rigidez e o esgotamento epistêmico, características do método científico, o estabelece socialmente como fonte de conhecimentos comprováveis e, por isso, confiáveis. Porém, essa confiança provém da autoridade conquistada. Os fatos científicos não são cientificamente comprovados pelo jornalismo, incapaz dessa ação diária com todos os enunciados. Para o jornalismo, um fato científico é um fato apenas pelo critério da autoridade. Ele próprio não os comprovou. Por isso, a recorrente postura: “segundo os cientistas, de acordo com os cientistas, para os cientistas...”. Já para as ciências é um fato, porque a comprovação foi testada e reafirmada, são enunciados comprovados.

Diria-se, então, que o problema é do jornalismo, que cientificamente não comprova. Mas se o jornalismo comprovasse, não seria jornalismo, seria igualmente ciência. E as ciências já existem. Se toda informação depender de comprovações científicas, nos tornamos limitados e engessados dentro de todo o contexto social e funcional. Fatos jornalísticos não são científicos e não geram necessariamente conhecimento, mas informação. Contudo informação é tão importante quanto o conhecimento. Porque é o primeiro passo para a comprovação e a existência justificada das ciências. Informação e conhecimento científico, em conjunto, possibilitam uma democrática preservação da manutenção existencial individual e social, bem como fomentam novos desenvolvimentos humanos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABE, Jair Minoro. Verdade Pragmática. **Estudos Avançados**. São Paulo maio/ago. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 05 mai. 2014.

AMARAL, Luiz. **A Objetividade Jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1996.

ASSUNÇÃO, Marília. Presos três assaltantes de joalheria que levaram terror a shopping de Goiânia. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 10 set. 2013. caderno Notícias. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,presos-tres-assaltantes-de-joalheria-que-levaram-terror-a-shopping-de-goiania,1073206,0.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

AUSTIN, J. L. Unfair to facts. Philosophical Papers. Oxford: University Press, p. 154-174, 1961. In: SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p. 56-69, dez. 2009.

BARROS FILHO, Clóvis de. Credibilidade Jornalística? **Filosofia**. São Paulo, n. 85, Set 2013. Disponível em: <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/85/artigo294002-1.asp>>. Acesso em 05 mai. 2014.

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade** – Teoria do Conhecimento. São Paulo: Alfa Omega, 1985.

BLANSHARD, Brand. The Nature of Thought. Vol. 2. New York: Macmillan. In: KIRKHAM, Richard L. **Teorias da Verdade**. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

CALLIGARIS, Contardo. Flores Raras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2013. Disponível em: <

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2013/08/1326590-flores-raras.shtml> >. Acesso em: 05 mai. 2014.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Desmistificando o velho paradigma**: o jornalismo não se divide em opinião e informação. 2011. Disponível em <<http://www.oxisdaquestao.com.br/utilitarios/FCKeditor/UserFiles/File/Desmistificando%20o%20velho%20paradigma.pdf>> Acesso em 05 mai 2014. Blog: O Xis da Questão.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade** – Para uma ética da informação. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Intituto Piaget, 1994.

_____. **Ética da informação**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

COSTA, Cláudio Ferreira. Teorias da Verdade. **Crítica**. Portugal, v. 1, p. 1-9, 2005. Disponível em: <http://criticanarede.com/html/met_tverdade.html> Acesso em: 05 mai. 2014.

COUTINHO, Iluska. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, São Bernardo do Campo, vol. 1, n.1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www2.metodista.br//unesco/GCSB/conceito.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Departamento de Jornalismo. 2009.

EPSTEIN, Isaac. **Quando um fato se transforma em notícia no Jornalismo e na ciência**. Comunicação & Sociedade, v. 47, p. 159-179, 2007.

FESTIVAL ameaçado. **Veja**, São Paulo, n. 27, p.47, jul. 2013.

FONSECA, Virginia P. S. **O acontecimento como notícia**: do conceito à prática profissional. In: Marcia Benetti; Virginia Pradelina da Silveira

Fonseca. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. 1ª. ed. Florianópolis: Insular, 2010. v. 1, p. 167-185.

FRANDOLOZZO, Rogério. Ignorado pelo neto, avô de Justin Bieber vive na miséria. **RD1**. 24 abr. 2013. Disponível em: <<http://rd1.ig.com.br/famosos/sem-dinheiro-avo-de-justin-bieber-vive-em-condicoes-precarias/175547>> Acesso em 27 set. 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V.6. Florianópolis: Insular. 2012.

GETTIER, Edmund. **Crença verdadeira justificada é conhecimento?** Tradução de Alexandre Meyer Luz. Analysis n.23, p.121-123, 1963.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Teorias da Verdade** – Brevíssima Introdução. Aula ministrada – Unesp-Marília, São Paulo, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/filosofia/verdade1.html>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, Fatos e Interesses** – Ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V.1. Florianópolis: Insular. 2009.

GOMIS, Lorenzo. **Do importante ao interessante** – ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. Pauta Geral – Revista de Jornalismo, Salvador: Calandra, ano 9, n.4. 2002.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**. São Paulo: Unesp, 2002.

JOHNSTON, D. K. The natural history of fact. Australasian Journal of Philosophy, vol. 822, p. 275-291, 2004. In: SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p. 56-69, dez. 2009.

JUSTIN Bieber's worth £70m but we haven't seen a penny ... and we're desperate. **The Sun**, 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/showbiz/4896731/justin-bieber-grandfather-poor.html>> Acesso em: 05 mai. 2014.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: **Traquina, N. (org).** Jornalismo: questões, teorias e estórias [p. 52-60]. Lisboa: Veja, 1993.

KIRKHAM, Richard L. **Teorias da Verdade**. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001

LANGER, Susanne K. **Facts: The Logical Perspectives of the World**. The Journal of Philosophy, vol. 32, n. 7, p.178-187, mar. 1933.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACACO fumante se livra do vício com tratamento no Brasil.

Entretenimento R7. 17 jan. 2012. Bichos. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/bichos/noticias/macaco-fumante-se-livra-do-vicio-com-tratamento-no-brasil-20120117.html>> Último acesso em 05 mai. 2014.

MANNA, Nuno. Mineiros enamorados disputam quem escreve a carta mais romântica. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, Nº 76, Jan. 2013. Editora Alvinegra.

MARTIN, Stéphanie. **Verdade e objetividade jornalística: conceitos igualmente refutáveis?** Tradução de Maria do Espírito Santo Gontijo, BH (2009). Título original: Vérité et objectivité journalistique: même contestation? Les Cahiers du Journalisme n.13, 2004.

MILMAN, Luis. O futuro do pretérito e a miséria da mídia.

Observatório da Imprensa, ed. 521, 20 jan. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_futuro_do_pretérito_e_a_miseria_da_mídia> Acesso em: 05 mai. 2014

MINDICH, D. T. Z. Just the Facts: How “Objectivity” came to define American Journalism. New York: New York University Press, 1998. In:

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p. 56-69, dez. 2009.

OLIVA, Alberto. **Teoria do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Filosofia Passo-A-Passo, 91).

PEC do voto aberto começa a ser discutida em plenário nesta quinta. **Agência Senado**. Brasília, 18 set. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/09/18/pec-do-voto-aberto-comeca-a-ser-discutida-em-plenario-nesta-quinta>> Último acesso em 05 mai. 2014.

PEC do voto aberto começa a ser discutida em plenário nesta quinta. **Carta Maior**. 19 set. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22732&editoria_id=4> Último acesso em 05 mai. 2014.

PEIRCE, C. S. Philosophical Writings of Peirce. Selected and edited by J. Buchler, Dover, 1965. In: ABE, Jair Minor. Verdade Pragmática. **Estudos Avançados**. São Paulo maio/ago. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 05 mai. 2014.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: **Traquina, N. (Org)**. Jornalismo: questões, teorias e histórias [p. 27-33]. Lisboa: Veja, 1993.

SEARLE, John R. **The Construction of Social Reality**. New York: The Free Press, 1995.

_____. **Mente, linguagem e sociedade: Filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Senac, 2001.

SILVA, Marconi Oliveira da. **Imagem e verdade: Jornalismo, Linguagem e Realidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

SNORE, Edvins. A História Soviética. [S.I.], 2008. (1h25min33s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9CkdYmHgJUE>>. Acesso em: 05 mai. 2014

SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em Jornalismo**: uma perspectiva da teoria do conhecimento. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 21, p. 110-120, ago. 2003.

SPONHOLZ, Liriam . **As idéias e seus lugares**: Objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. XI, p. 144-165, 2004.

SPONHOLZ, Liriam. **O que é mesmo um fato?** Conceitos e suas consequências para o jornalismo. Revista Galáxia, São Paulo, n.18, p. 56-69, dez. 2009.

TAMBOSI, Orlando. Elementos para uma epistemologia do jornalismo. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 26, n.2, p. 40-52, jul./dez. 2003.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. II – Nº2, p. 31-38, 2005.

TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e teorias da verdade. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 30, n.1, p. 35-48, jan./jun. 2007.

THOMÉ, Clarissa; WERNECK, Felipe. Manifestante é ferido por arma de fogo em protesto, confirma clínica. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 16 out. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,manifestante-e-ferido-por-arma-de-fogo-em-protesto-confirma-clinica,1086319,0.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – volume 1**. Florianópolis: Insular, 2005.

VAZ, Paulo B. F.; FRANÇA, Renné O. **O acontecimento enquadrado**: a tragédia em capas de revistas. In: Bruno Souza Leal; Elton Antunes; Paulo Bernardo Vaz. (Org.). Jornalismo e Acontecimento: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011, v. 2, p. 167-188..